

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO, ARTES E DESIGN
CURSO DE JORNALISMO

BRUNA CRUZ FARACO

**FEMINISMO E REPRESENTATIVIDADE: UM ESTUDO SOBRE O JORNALISMO
ALTERNATIVO NA REVISTA AZMINA**

Porto Alegre
2020

GRADUAÇÃO



Pontifícia Universidade Católica
do Rio Grande do Sul

BRUNA CRUZ FARACO

**FEMINISMO E REPRESENTATIVIDADE: UM ESTUDO SOBRE O JORNALISMO
ALTERNATIVO NA REVISTA AZMINA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharela em Jornalismo pela Escola de Comunicação, Artes e Design - FAMECOS, da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Orientadora
Profa. Dra. Mágda Cunha

Porto Alegre

2020

BRUNA CRUZ FARACO

**FEMINISMO E REPRESENTATIVIDADE: UM ESTUDO SOBRE O JORNALISMO
ALTERNATIVO NA REVISTA AZMINA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharela em Jornalismo pela Escola de Comunicação, Artes e Design - FAMECOS, da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Aprovada em: 1º de dezembro de 2020.

BANCA EXAMINADORA:

Profa. Dra. Camila Kieling - PUCRS

Profa. Dra. Ivone Cassol – PUCRS

Profa. Dra. Mágda Rodrigues da Cunha - PUCRS

Porto Alegre

2020

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha família, que é a minha base fundamental para seguir lutando pelos meus sonhos. Em especial, à minha mãe, que não se encontra mais neste plano, mas sei que, onde quer que esteja, está vibrando com mais esta minha conquista. Graças a ela, hoje sou uma mulher forte.

Às minhas duas amigas e companheiras para todos os momentos, Gabriela e Riteli, que me escutaram e me ajudaram ao longo desta caminhada. Sou grata à Famecos por ter me dado este presente precioso que é a nossa amizade. Espero que sigamos construindo um caminho lindo juntas. Obrigada por tanto!

À minha orientadora, Mágda Rodrigues da Cunha, por todo o suporte que me deste neste processo. Grata pela compreensão, auxílio e todos os aprendizados que me proporcionaste. Obrigada por ter feito parte deste momento!

À minha amiga de longa data, Juliana, que sempre esteve ao meu lado, com as palavras mais confortantes e sábias.

Aos professores e funcionários da Famecos, que contribuíram para a minha formação e tornaram os meus dias mais felizes. Tenho certeza que nos reencontraremos.

Agradeço aos governos de Lula e Dilma pelos programas de incentivo à educação pensados para as minorias. Graças ao Programa Universidade para Todos (ProUni), tive a oportunidade de conquistar um diploma de ensino superior.

E, por fim, agradeço a todas as mulheres que lutaram ao longo da história pelos direitos que hoje nos são concebidos. Agradeço, também, as que ainda lutam para construirmos uma sociedade mais justa, onde possamos ocupar nossos espaços e sermos livres. Estamos juntas!

RESUMO

A presente monografia visa identificar as transformações do jornalismo alternativo na contemporaneidade através da revista digital feminista AzMina, além de analisar a relação do alternativo com as causas sociais e refletir sobre a importância do jornalismo da AzMina em disseminar informações sobre os direitos das mulheres. A fim de alcançar o objetivo desta pesquisa, é utilizado o método de estudo de caso descrito por Yin (2005). Para fins de revisão histórica acerca do jornalismo alternativo, suas mudanças e a relação com os movimentos sociais são utilizados autores como Kucinski (2001), Squirra (2012), Peruzzo (1998), entre outros. Autoras como Buitoni (1986), Pinto (2010), Beauvoir (1967), Butler (2003) e Davis (2016) contribuem para a reflexão e compreensão do movimento feminista e sua inserção na imprensa alternativa feminina. O estudo compreende que a imprensa alternativa, aliada ao movimento feminista, amplia o combate às desigualdades sociais através do diálogo jornalístico, sendo instrumentos essenciais para a construção de uma sociedade democrática e libertária.

Palavras-chave: Jornalismo alternativo. Imprensa feminina. Feminismo. Revista AzMina.

ABSTRACT

This monograph aims to identify how transformations of alternative journalism in contemporary times through the feminist digital magazine AzMina, in addition to analyzing the relationship of the alternative with social causes and reflecting on the importance of AzMina's journalism in disseminating information about women's rights. In order to achieve the objective of this research, the case study method described by Yin (2005) is used. For purposes of historical review of alternative journalism, its changes and the relationship with social movements are used as Kucinski (2001), Squirra (2012), Peruzzo (1998), among others. Authors such as Buitoni (1986), Pinto (2010), Beauvoir (1967), Butler (2003) and Davis (2016) contribute to the reflection and understanding of the feminist movement and its insertion in the alternative women's press. The study understands that an alternative press, allied to the feminist movement, expands the fight against social inequalities in the journalistic dialogue, being essential for the construction of a democratic and libertarian society.

Keywords: Alternative journalism. Women's press. Feminism. AzMina Magazine.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Página inicial da Revista AzMina em novembro de 2020	39
Figura 2 - Reportagem: Um retrato das mães solo na pandemia.....	40
Figura 3 - Capa de Versus (1979).....	45
Figura 4 - Artigo de opinião Violência contra mulher: mais uma epidemia que Bolsonaro minimiza	46
Figura 5 - Capa de Nós Mulheres (1976).....	47
Figura 6 - Capa de Mulherio (1987)	48
Figura 7 - Reportagem Violência sexual: o que é e o que fazer?.....	49
Figura 8 - Capa de Opinião (1974).....	50
Figura 9 - Capa de Nós Mulheres (1978)	51
Figura 10 - Reportagem Mulheres na política: A luta histórica pela voz.....	52

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
2 O ATIVISMO NO JORNALISMO ALTERNATIVO	12
2.1 HISTÓRIA DO JORNALISMO ALTERNATIVO NO BRASIL.....	12
2.2 O ALTERNATIVO NA CONTEMPORANEIDADE	16
2.3 DOS MOVIMENTOS AO JORNALISMO ALTERNATIVO.....	20
3 JORNALISMO E FEMINISMO: A CONSTRUÇÃO PARA UMA SOCIEDADE DEMOCRÁTICA	23
3.1 MOVIMENTO FEMINISTA: O INÍCIO DE UMA LUTA CONSTANTE POR DIREITOS E LIBERDADE	23
3.2 PRIMÓRDIOS DA IMPRENSA FEMININA E FEMINISTA.....	27
3.2.1 IMPRENSA FEMININA NO BRASIL	29
3.3 O MOVIMENTO FEMINISTA NO JORNALISMO ALTERNATIVO.....	32
4 AZMINA: DO JORNALISMO ALTERNATIVO CONTEMPORÂNEO À LUTA PELA IGUALDADE DE GÊNERO	35
4.1 O ESTUDO DE CASO	36
4.2.1 Reportagens e características	38
4.2.2 Jornalismo e tecnologia: aliados no combate às desigualdades de gênero	42
4.2.3 Atuantes em campanhas e redes sociais	43
4.3 REVOLUCIONÁRIA: AZMINA E AS TRANSFORMAÇÕES NO JORNALISMO ALTERNATIVO E FEMINISTA.....	43
4.3.1 Do impresso ao digital: a transição do alternativo	44
4.3.2 Ativismo na era digital: a luta feminista presente na AzMina	50
4.3.3 AzMina, jornalismo alternativo e feminismo: uma difusão para além do informar	53
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	55
REFERÊNCIAS	58

1 INTRODUÇÃO

O jornalismo alternativo tem suas raízes no campo de comunicação de bases populares, de luta e reivindicações nos âmbitos político e social. Assim como no século passado, a imprensa alternativa e o movimento feminista caminham lado a lado como meios reivindicatórios das causas femininas. De revistas destinadas para as donas de casa às pautas de direitos das mulheres, esse cenário foi modificando-se e tornando o jornalismo um importante instrumento de combate e desconstrução social.

Desde os seus primórdios, há mais de duzentos anos, o feminismo vem sendo extremamente necessário para defrontar as desigualdades de gênero e o machismo, ainda enraizados na sociedade. O movimento passou por transformações, tornando-se mais democrático, atingindo diferentes classes, raças e gêneros, sendo pautado nas mais variadas áreas do conhecimento.

Nas últimas décadas, com os avanços tecnológicos e a era do digital, o jornalismo alternativo difundiu-se em um conjunto de ferramentas multimídia disponibilizadas na internet, passando de produções em modelo impresso para o uso de recursos como gráficos, infográficos, vídeos e fotografias em diferentes formatos para comporem os textos. Este processo contribui para uma vasta disseminação de informações, principalmente, de pautas invisibilizadas pelos grandes veículos de comunicação.

A expansão das redes na *web* também atingiu diversos movimentos sociais. O denominado ciberativismo de movimentos e coletivos apropriou-se de todos os recursos disponibilizados na internet para pautar suas reivindicações, organizar mobilizações e propagar o conhecimento de causas sociais, políticas, culturais, entre outras.

Vivemos em um contexto de uma sociedade ainda patriarcal, onde o feminismo se faz cada vez mais necessário. Portanto, esses novos meios de comunicação tornam-se fundamentais para propagar as ideologias feministas, debater o assunto e combater as opressões sofridas pelas mulheres diariamente.

Entre os novos canais, a Revista AzMina dá voz à luta feminina no combate a todo o tipo de violência contra a mulher. Pertencente ao Instituto AzMina, a revista

foi fundada em 2015 através de um financiamento coletivo. Seu foco é produzir jornalismo independente e feminista, visando dar visibilidade às pautas que cercam as questões sociais, políticas, culturais e de gênero, com uma diversidade de temas e vozes para contemplarem suas produções.

Desse modo, a monografia tem os seguintes objetivos elencados: (1) compreender através de seu percurso histórico o conceito de jornalismo alternativo; (2) analisar as transformações do jornalismo alternativo contemporâneo e como ele apresenta-se hoje; (3) identificar as relações do jornalismo alternativo com os movimentos sociais; e (4) refletir sobre a importância do jornalismo presente na Revista AzMina em disseminar informações sobre os direitos das mulheres através do feminismo.

Portanto, é realizada uma pesquisa bibliográfica e recuperação histórica da imprensa alternativa no período do regime civil-militar brasileiro (1964-1985), para conseguirmos analisar as transformações do alternativo ao longo das décadas até atingirmos os dias atuais. Além do mais, buscamos relacionar o jornalismo alternativo e o feminismo, e como este meio jornalístico tem sido um caminho para dar visibilidade e espaço às pautas feministas na contemporaneidade. Com isso, sob a ótica da AzMina, são realizadas análise e descrição do conjunto de características da revista, bem como as demais frentes de atuação no combate às desigualdades disponibilizadas por ela. Outrossim, refletimos sobre a importância do jornalismo alternativo e feminista presente na Revista AzMina, como a forma de disseminar conhecimento sobre o movimento através das reportagens de cunho investigativo - que são pouco visíveis na grande mídia - contribui para o entendimento da equidade de gênero e direito das mulheres.

A presente monografia tem como referencial teórico os autores Kucinski (2001) e Peruzzo (1998), que dão sustentação para o entendimento do jornalismo alternativo e a sua ligação com os movimentos sociais. No âmbito do jornalismo feminino e feminista, a análise é feita através dos estudos de gênero no jornalismo de Buitoni (1986), a fim de entendermos de que forma o feminismo surgiu no jornalismo e se insere nas reportagens da Revista AzMina.

Para abordar o feminismo, autoras como Beauvoir (1967), Butler (2003), Davis (2016) e Pinto (2010), nos ajudam a compreender o contexto histórico e social do feminismo e a relação do movimento com o jornalismo na construção da

igualdade de gênero. A análise e a descrição do objeto de estudo ficam a cargo dos estudos de caso de Yin (2005).

A partir dos objetivos propostos para esta monografia, o método de pesquisa utilizado é o estudo de caso adotado por Yin (2005), técnica que baseia-se na pesquisa exploratória, descritiva e explanatória contribui para atingirmos a finalidade deste trabalho. A metodologia nos possibilita responder os seguintes problemas: como o jornalismo alternativo transformou-se ao longo das décadas? O que pode ser definido como alternativo em meio a uma série de variedades tecnológicas que encontramos hoje? Por que em meio a uma gama de possibilidades que as tecnologias nos proporcionam, ainda assim, as pautas sociais são pouco visíveis? Como AzMina contribui para a disseminação de informações acerca do feminismo?.

A monografia está estruturada em cinco capítulos, entre os quais estão incluídas a *Introdução* e *Conclusão*. O segundo capítulo, *O ativismo no jornalismo alternativo*, abordará o papel social do jornalismo alternativo e sua ligação com movimentos sociais, além de fazer um resgate histórico dos primórdios da imprensa alternativa no Brasil no século XX.

O terceiro, *Jornalismo e Feminismo: a construção para uma sociedade democrática*, se debruça aos estudos de Buitoni (1986) sobre os primórdios da imprensa feminina e feminista nos séculos XIX e XX, além de retratar a evolução do movimento feminista, com suas “ondas” e vertentes, sob os ideias feministas de Beauvoir (1967), Butler (2003), Davis (2016), entre outras. E, como a ligação destes dois instrumentos de debates sociais contribuem para uma ampla disseminação das pautas feministas.

E, por fim, no quarto capítulo, *AzMina: do jornalismo alternativo contemporâneo à luta pela igualdade de gênero*, analisamos e descrevemos as características da Revista AzMina, para identificarmos de que forma o jornalismo alternativo contemporâneo se constitui, além de realizarmos a observação e comparação da revista com alguns aspectos de jornais alternativos do século XX.

Diante do que foi apresentado sobre o jornalismo alternativo e o movimento feminista, entendemos que esta pesquisa é relevante por tratar de um assunto que, desde os primórdios do feminismo até os dias atuais, mostra a luta constante das mulheres por seus direitos, por seus espaços na sociedade e pela liberdade. E o jornalismo alternativo da Revista AzMina, com sua responsabilidade social ao abordar o assunto, torna-se vetor fundamental para a disseminação do tema.

2 O ATIVISMO NO JORNALISMO ALTERNATIVO

Este capítulo visa evidenciar o papel social do jornalismo alternativo, suas características e a relação com os movimentos sociais brasileiros, além de fazer um resgate histórico dos primórdios da imprensa alternativa no Brasil. Ao longo do capítulo, são tratadas questões sobre o jornalismo alternativo como recurso para dar visibilidade à luta de movimentos sociais e, na contemporaneidade, o meio digital na comunicação como fio condutor fundamental para a disseminação de conhecimento acerca do assunto.

Para traçar o objetivo proposto, este capítulo está subdividido em: *História do jornalismo alternativo*, *O alternativo na contemporaneidade* e *Jornalismo alternativo e os movimentos sociais*, sendo norteado pelos seguintes autores: Kucisnki (2001), Peruzzo (1998), Squirra (2012), Bona e Carvalho (2015), entre outros.

2.1 HISTÓRIA DO JORNALISMO ALTERNATIVO NO BRASIL

“Alternativo”, entre muitos significados, quer dizer: diferente do modelo convencional; escolha entre diferentes possibilidades. No jornalismo, o alternativo se diferencia do jornalismo tradicional. Conforme analisa Rocha e Barbosa (2018):

A concentração dos meios de comunicação no Brasil é objeto de debates acalorados e de disputa social. Nesse embate, há, de um lado, a grande mídia, intimamente ligada aos “donos” do poder e, de outro, a mídia alternativa, ligada às classes populares. (ROCHA; BARBOSA, 2018, p. 64).

Pautando temas e acontecimentos com pouca visibilidade na grande imprensa, o jornalismo alternativo rompe as barreiras do convencional e se debruça com afinco às pautas de cunho social e político. Com a instauração do Golpe Civil-Militar no Brasil, em 1964, e, conseqüentemente, com a censura dos meios de comunicação, a mídia contra-hegemônica ganhou mais evidência. Conforme Bona e Carvalho (2015)

O alternativo nasceu como uma opção para contrapor uma dominação por parte de um grupo em detrimento de outro. (...) É possível acreditar que o alternativo (comunicação, mídia, jornalismo) teve terreno mais fértil para se desenvolver nos países da América Latina que sofreram com as ditaduras em décadas diversas. (BONA; CARVALHO, 2015, p. 3)

Resultando do anseio por transformações sociais de militantes de esquerda, jornalistas e intelectuais em resistência à censura e limitações às produções de conteúdo (KUCINSKI, 2001), davam espaço em suas páginas para se opor às ideologias de um governo autoritário, combater a ditadura no país e lutar pelos direitos humanos. Segundo Kucinski (2001, p. 5), durante esse período, “nasceram e morreram cerca de 150 periódicos que tinham como traço comum a oposição intransigente ao regime civil-militar. Ficaram conhecidos como imprensa alternativa ou imprensa nanica¹”. Conforme Berger (1995, p. 10):

O termo “imprensa alternativa” é registrado pela primeira vez em 1978, num texto do Centro de Informações do Exército (CIEEX), elaborado pelo governo ditatorial com o intuito de “[...] elaborar uma estratégia para esmagá-la. Em 1979, a Associação Brasileira de Imprensa listou 448 veículos do setor no Catálogo da Imprensa Alternativa e Episódica do Brasil. (BERGER, 1995, p. 10 *apud* ROCHA; BARBOSA, 2018, p. 66)

Contraopondo a mídia tradicional da época – na qual grande parte dos veículos de comunicação alinhava-se aos ideais do governo militar – e a censura imposta pelo Estado

(...) os jornais alternativos cobravam com veemência a restauração da democracia e do respeito aos direitos humanos e faziam a crítica do modelo econômico. Inclusive nos anos de seu aparente sucesso, durante o chamado “milagre econômico”, de 1968 a 1973. Destoavam, assim, do discurso triunfalista do governo ecoado pela grande imprensa, gerando todo um discurso alternativo. Opunham-se por princípio ao discurso oficial. (KUCINSKI, 2001, p. 5)

Entre os periódicos estavam Pif-Paf, Opinião, O Pasquim, Politika, Versus, Movimento, Repórter, Millôr, Folha da Semana, CooJornal, O Sol, Poder Jovem, Amanhã, Grilo, Balão, entre tantos outros que refutavam o sistema do regime autoritário e, com isso, sendo perseguidos, sofrendo censura.

Eram jornais dirigidos e elaborados por jornalistas de esquerda, alguns ligados à pequena burguesia, que, cansados do autoritarismo, aspiravam um novo projeto social e preocupavam-se em informar a população sobre temas de interesse nacional numa abordagem crítica. (PERUZZO, 2006, p. 7)

O jornalismo alternativo não se restringe a um episódio ocorrido no período da ditadura civil-militar brasileira. A imprensa alternativa, principalmente, entre 1975 e 1977, quando o padrão alternativo se difundiu com a circulação semanal somando

¹Segundo o autor, o termo “nanica” foi inspirado no formato tablóide adotado pela maioria dos jornais alternativos, sendo disseminado principalmente por publicitários.

até 160 mil exemplares, “pode ser vista, no seu conjunto, como sucessora da imprensa panfletária dos pasquins e da imprensa anarquista, na função social de criação de um espaço público reflexo, contra-hegemônico” (KUCINSKI, 2001, p. 10). No mesmo período, mais duas dezenas de jornais alternativos regionais ou com vertentes específicas passaram a circular no Brasil. Em 1975, foram elaborados mais cinco periódicos, entre eles, o precursor feminista Brasil Mulher. No ano seguinte, foram lançados outros sete, surgindo, assim, o Nós Mulheres e, mais nove foram publicados nos três anos subsequentes (KUCINSKI, 2001).

Nos períodos de maior depressão das esquerdas e dos intelectuais, cada jornal funcionava como ponto de encontro espiritual, como pólo virtual de agregação no ambiente hostil e desagregador da ditadura. Pode-se traçar, assim, uma demarcação entre imprensa convencional e imprensa alternativa no Brasil pelos seus papéis opostos como agregadores ou desagregadores da sociedade civil, em especial, dos intelectuais, jornalistas ativistas políticos. Conforme um raciocínio original de Elizabeth Fox, a imprensa alternativa pode até mesmo ser definida como uma forma de enfrentar a solidão, a atomização e o isolamento em ambiente autoritário. (KUCINSKI, 2001, p. 10)

Outra característica que era marcante da imprensa alternativa, pertinente ao âmbito econômico, referia-se a:

linha profissional desprovida de ascensão financeira e *status* mercadológico. Não que seus jornalistas e principais membros deixassem de vislumbrar um futuro promissor com seus veículos, mas, com certeza, este não era o objetivo principal. (FELDMANN, 2018, p. 33)

Além do mais, para Kucinski (2001, p. 13) o modelo ético-político dessa imprensa “tinha como componente básico o repúdio ao lucro e, em alguns jornais, até mesmo o desprezo por questões de administração, organização e comercialização”. Para o autor, essa particularidade antieconômica, a incapacidade de construir uma crescente base de leitores-assinantes e um certo triunfalismo em relação aos efeitos da censura, contribuíram para tornar a mídia contra-hegemonica vulnerável e passageira não só às afrontas provenientes do governo, como nas contradições que ocorriam dentro da própria imprensa alternativa (KUCINSKI, 2001).

No entanto, a fragilidade do alternativo não ocorreu somente pela questão econômica, como também por rupturas em questões de divergências internas de pensamentos entre os jornais.

Os jornais alternativos de porte, tanto os políticos como os existenciais, foram vítimas também de traços culturais que desqualificaram seus participantes como protagonistas de novo modelo ético-político democrático. Ao contrário, uma forma própria de alienação instalou-se nos jornais alternativos. (...)

Estabeleceu-se em muitos jornais um conflito ético insanável, uma crise total daquele modelo ético-político a que refere Ana Maria Nethol, pela precariedade de seus elementos constitutivos. (KUCINSKI, 2001, p. 13)

Ainda segundo Kucinski (2001), essa fase de divergências chegou no Opinião e Movimento, dois dos principais jornais alternativos dos anos de 1970, e fez com que saíssem de circulação. O que poderia ter ocorrido (e não ocorreu) pela repressão do regime civil-militar, acabou acontecendo pelas divergências internas que estavam assolando o ciclo do alternativo no Brasil. Os jornais que surgiram de um impulso não-partidário, como De Fato, Em Tempo e Versus também sofreram com a crise e desapareceram. A circulação de quase todos os jornais que eram ativos entre os anos de 1977 e 1979, deixou de existir em meados de 1980-1981.

Desde os grandes alternativos nacionais surgidos ainda em 1975, até os basistas, da última geração, voltados aos movimentos populares e à reportagem. Desapareceram, independentemente da natureza de sua articulação, da qualidade do projeto, do acerto ou do insucesso de suas propostas editoriais e soluções operacionais. (KUCINSKI, 2001, p. 94)

Os jornais que permaneceram, precisaram mudar o modelo de alternativo. O satírico e corajoso O Pasquim perdeu sua essência de alternativo sendo vendido a um dono capitalista. Com três edições em cinco anos e apoio direto do PCdoB, O Resistência - que nasceu pela campanha da anistia - continuava em pé apenas de forma simbólica. Em Tempo, que fez parte da grande reorganização da esquerda brasileira, tornou-se exclusivamente porta-voz do grupo trotskista Democracia Socialista (DS). Apesar das tentativas de fundar novos jornais alternativos, nenhuma foi efetiva.

O desaparecimento quase total e repentino da imprensa alternativa parece ter sido premonitório, corroborando a tese de que essa imprensa, por estabelecer pontes entre organizações e a sociedade, antecipa as grandes transformações. Nesse caso, por raciocínio inverso, podemos entender o próprio surgimento da imprensa alternativa dos anos de 1970 como uma das últimas grandes manifestações da utopia no Brasil. Estimulado pelo surgimento da ditadura, mas com direito próprio de existência na história. (KUCINSKI, 2001, p. 15)

Neste primeiro subcapítulo, com um recorte histórico da imprensa alternativa no Brasil, fica evidente que o alternativo transformou a imprensa. Com esse fazer jornalístico distinto e oposto ao que era convencional, deixou de herança um vasto terreno de resistência e luta para o jornalismo alternativo contemporâneo.

2.2 O ALTERNATIVO NA CONTEMPORANEIDADE

Com o desenvolvimento e os avanços tecnológicos, os meios de comunicação social se expandem cada vez mais. O fenômeno da globalização nos possibilita diariamente o consumo de uma gama enorme de informações em tempo real. Após o surgimento da internet, o jornal, a televisão e o rádio - considerados os maiores instrumentos de comunicação de massa - agora dividem espaço com a *web*. Segundo Squirra (2012):

Na chegada da internet, em meados dos anos 1990, os jornais migraram para a rede de forma tímida, de início entendendo este recurso de forma “complementar” ao seu propósito de informar à sociedade. O passar dos anos foi mostrando que as bases digitais representavam uma tendência que merecia investimento e dedicação próprios. (SQUIRRA, 2012, p. 113)

As mídias digitais tornaram-se instrumento não só para a disseminação de notícias pautadas pela grande imprensa, como também se tornou ambiente de reivindicações e luta por parte de movimentos sociais. Com a crescente era do digital e a eclosão do ciberativismo, surge um novo ciclo do jornalismo alternativo. Segundo Peruzzo (2006):

A pressão social provocou um avanço na democratização dos meios de comunicação, o que pode ser identificado no aumento do número de emissores, principalmente por meio dos canais de uso gratuito na TV a cabo, na área do rádio de baixa potência e com a presença crescente de entidades populares na internet. (PERUZZO, 2006, p. 4.

Seguindo a mesma linha de Peruzzo (2006), no que tange a democratização dos meios de comunicação e o acesso à internet, Bona e Carvalho (2015, p. 10) destacam:

Com esses novos espaços se configurando, inclusive os comunitários e alternativos, os processos de mediação da grande imprensa, ou da que ainda se pretende hegemônica, acabam sendo complexificados pelo uso da Internet. Estabeleceram-se, dessa forma, outros padrões comunicacionais com a passagem de uma sociedade dos meios para uma sociedade midiaticizada.

Contrário aos jornais alternativos apresentados anteriormente - devido à época restritos a folhetins, boletins e pequenos jornais - a modernidade proporcionou aos veículos alternativos atuais o amplo acesso a um conjunto variado de opções multimídias, como o uso de texto, gráficos, vídeos, áudios e fotografias com designers em diferentes formatos. “De forma clara, a tecnologia digital estrutura a

base dos variados modelos de produção e difusão de conteúdos informativos, independente de os mesmos serem elaborados por jornalistas ou não” (SQUIRRA, 2012, p. 114). Assemelhando-se ao pensamento de Squirra (2012), para Peruzzo (2008), nesta nova fase do digital, a imprensa alternativa

se revigora de forma extraordinária. Reedita canais de expressão impressos e audiovisuais, cria novos canais e, ao mesmo tempo, se recria por meio de novos formatos digitais que o avanço tecnológico favorece. Mas permanece seu caráter alternativo. (PERUZZO, 2008, p. 8)

Bona e Carvalho (2015) também destacam que o ciberespaço contribuiu para que a imprensa alternativa mantivesse a essência do jornalismo livre de interesses comerciais presente nos primórdios do alternativo, possibilitando um alcance ainda maior na disseminação de informação:

A origem da internet e o modus operandi da grande rede aponta que se pode levar a “contra-informação” muito mais longe, por um preço mais interessante para quem se denomina imprensa alternativa e quer seguir a lógica do não-lucro dos mesmos veículos alternativos do passado. (BONA; CARVALHO, 2015, p. 8)

O alternativo contemporâneo, além de ser campo para o âmbito político e sindical, incorpora o jornalismo independente - mídia isenta de interesses mercadológicos, que dedica-se, principalmente, as pautas de cunho político e social - que ganha espaço para denunciar e disseminar informações críticas que, inúmeras vezes, não são investigadas pela grande mídia. Segundo Reis (2017), citando o conceito de Lima (2013), o jornalismo independente “é definido, em geral, por ser um jornalismo realizado sem vinculação econômica ou editorial a grandes grupos empresariais, na perspectiva de contraposição à mídia convencional” (LIMA, 2013 *apud* REIS, 2017, p. 194). Para Possebon (2012, p. 2), os veículos de comunicação tradicionais “tratam a informação como mais um produto vendável dentro da lógica do capitalismo, o que influencia de diferentes maneiras as leituras de mundo e as práticas políticas das sociedades”. No entanto, os papéis que esses veículos exercem ao longo dos anos na sociedade, com o olhar distante as questões pertinentes aos movimentos sociais e os holofotes voltados para o imediatismo e seus interesses, foram fundamentais para o jornalismo alternativo. Eles “fortaleceram na sociedade civil organizada o desejo de criar novos modelos de geração e expansão de saberes, estabelecendo meios de comunicação, aqui nomeados de alternativos”. (POSSEBON, 2012, p. 2).

Peruzzo (2008) define que, ao longo das décadas, a palavra “alternativa”, usada para denominar uma categoria de comunicação, tornou-se complexa em decorrência das diferentes práticas jornalísticas que foram surgindo.

Ela tanto pode se referir a jornais e outros canais comunicativos independentes, orgânicos ou não a movimentos sociais e organizações congêneres, como os jornais alternativos elaborados por segmentos da pequena burguesia e vendidos em bancas, ou à comunicação popular e comunitária, propriamente dita, e ainda aquela produzida por segmentos combativos da oposição sindical. Enfim, comunicação alternativa não se restringe a jornais ou boletins informativos, nem àquela do circuito dos movimentos sociais no sentido estrito. (PERUZZO, 2008, p. 2).

A internet e os meios tecnológicos transformaram o mundo e a forma de comunicação. O contínuo avanço desses meios transformou o cotidiano da sociedade que, hoje, se mantém constantemente conectada e em busca de novas fontes de informação. Assim, fica evidente que as ferramentas tecnológicas e a era do digital apresentam uma série de transformações, tanto no modo de produzir jornalismo, quanto na forma de consumo por parte dos leitores. Squirra (2012) aponta que:

com a contínua sucessão de equipamentos e recursos - cada vez menores, mais simples e baratos -, que trouxeram as facilidades da comunicação móvel e a amigabilidade de operação dos aparelhos e sistemas tecnológicos do presente, houve uma verdadeira alteração nos modelos de elaboração, difusão e consumo de todo tipo de informação. Em ondas ininterruptas de substituição, com usos mais fáceis, melhores performances e sedução constante, a tecnologia possibilitou que a sociedade passasse a determinar que seria ela quem definiria o que consumir, em qual momento, em que local, indicando a forma individual de acessar as informações. (SQUIRRA, 2012, p. 114-115)

São inúmeros os canais alternativos que podemos encontrar na web, sejam eles em formato de sites, blogs, podcasts e redes sociais, como Instagram, Facebook e Twitter. Segundo o Mapa do Jornalismo Independente, projeto realizado pela Agência Pública, a Revista AzMina, Think Olga, Nexo Jornal, Brasil de Fato, Jornalistas Livres, Alma Preta, Agência Mural, B9 são, entre tantos outros, o jornalismo alternativo independente que se encontra espalhado em diversos meios, visando dar voz às minorias, produzindo conteúdos de forma autônoma, colaborativa ou comunitária. Esses canais produzem de forma crítica e aprofundada problemáticas que envolvem os Direitos Humanos, os movimentos sociais, a educação e todo o tipo de conteúdo e informação contra-hegemônica.

Para Peruzzo (2008), a comunicação alternativa não se restringe mais a jornais ou boletins informativos. Atualmente, ela encontra-se em outros meios, como o rádio, vídeo, televisão, alto-falante, internet, panfleto, faixa, cartaz, poesia de cordel, teatro popular etc. Conforme a autora, a comunicação alternativa na contemporaneidade pode ser segmentada em duas grandes correntes: a comunicação popular, alternativa e comunitária e a imprensa alternativa. Desse modo, categoriza-se a comunicação popular, alternativa e comunitária em:

1. Comunicação comunitária: processos de comunicação constituídos no âmbito de movimentos sociais populares e comunidades de diferentes tipos, tanto as de base geográfica, como aquelas marcadas por outros tipos de afinidades. É sem fins lucrativos e tem caráter educativo, cultural e mobilizatório. Envolve a participação ativa horizontal (na produção, emissão e na recepção de conteúdos) do cidadão, tornando-se um canal de comunicação pertencente à comunidade ou ao movimento social e, portanto, deve se submeter às suas demandas.

2. Comunicação popular-alternativa: processos de comunicação constituídos por iniciativas que envolvem a participação de segmentos populares, mas não respondem ou são assumidos pela comunidade como um todo. Em geral, são motivados ou viabilizados por organizações não-governamentais (ONGs), fundações, projetos de universidades, órgãos públicos, igrejas etc., mas também podem funcionar a partir de iniciativas autóctones. Tende a se confundir com a comunicação comunitária em decorrência de similaridades, ou mesmo vir a constituir-se como tal. (PERUZZO, 2008, p. 11-12)

Não podemos deixar de mencionar a distinção e aproximação nos diferentes tipos de publicações entre a comunicação popular, alternativa e comunitária e a imprensa alternativa. Peruzzo (1998) destaca que a imprensa alternativa ganhou significado específico, “entendendo-se por ela não o jornalismo popular, de circulação restrita, mas os periódicos que se tornaram uma opção de leitura crítica em relação à grande imprensa” (1998, p. 120), sendo esta apresentada pela autora nas seguintes divisões:

- 1) Jornalismo popular-alternativo (ou de base popular): efetiva-se de modo participativo, uma vez ligado a movimentos populares, associações, entidades ligadas a setores progressistas de igrejas, ONGs etc., se configura e circula no mesmo universo da comunicação popular e comunitária.
- 2) Jornalismo alternativo colaborativo (de informação geral ou especializada): por meio de jornais, vídeos, agências de notícias, blogs, sites, fotologs revistas, sites colaborativos, observatórios de mídia e de comunicação, centros de mídia etc. transmitem uma visão diferenciada e crítica dos acontecimentos que normalmente já são tratados pela grande mídia, além de temas omitidos pela mesma. Podem também tratar especificamente de política, da mídia etc. (...) Algumas iniciativas, tais como, os observatórios de mídia e de comunicação, além de praticarem o jornalismo, monitoram o

- comportamento dos meios de comunicação e desenvolvem ações visando interferir nas políticas públicas de comunicação.
- 3) Jornalismo alternativo autônomo: imprensa produzida por indivíduos isoladamente ou pertencente a micro-empresas. Pode caracterizar-se como de informação geral, literário, político etc.
 - 4) Jornalismo político-partidário: imprensa sob a direção de partidos políticos, candidatos a cargos eletivos ou a “mandatos” de vereadores, deputados e senadores em exercício.
 - 5) Jornalismo sindical: imprensa produzida no universo dos sindicatos de trabalhadores e organizações similares de categorias profissionais. (PERUZZO, 2008, p. 12-13).

Hoje, visualizamos o novo ciclo do alternativo, com inúmeras possibilidades e características, preenchendo as lacunas de conteúdos de interesse público negligenciados pela grande imprensa. A pluralidade de pontos de vista, enfoques críticos e questionadores nos âmbitos político, educativo, literários e, até mesmo, artísticos marcam a comunicação alternativa contemporânea (PERUZZO, 2008). Possebon (2012, p.14) ressalta a mídia alternativa como “um jornalismo que apesar do pouco alcance em relação à grande mídia é necessário para o enriquecimento do espaço público e para o fortalecimento de organizações políticas e sociais”. Desse modo, através das transformações proporcionadas pelo processo de convergência, desenhou-se no alternativo um jornalismo inovador, cidadão e mais democrático, no qual envolve uma rede colaborativa de produções entre jornalistas e leitores.

2.3 DOS MOVIMENTOS AO JORNALISMO ALTERNATIVO

Os movimentos constituem-se de grupos formados por indivíduos que possuem os mesmos interesses: lutar por uma causa social e política, e reivindicar seus direitos através de manifestações e ocupações de espaços públicos. Há uma série de movimentos, sendo eles denominados como movimentos sociais, movimentos coletivos, movimentos populares, movimentos sociais urbanos, movimentos sociais populares. No Brasil, existiram grandes movimentos sociais reivindicatórios e libertários. Desde o século XVII, a luta em prol da vida, da justiça social e da pessoa já fazia parte da resistência do Quilombo dos Palmares (1690-1695), assim como a revolta popular do Movimento da Cabanagem (1831-1840) e a Greve de 1917, constituída por operários e comerciantes (PERUZZO, 1998).

Os movimentos sociais conquistaram espaço e ganharam força no período da ditadura civil-militar, quando novos movimentos sociais populares e sindicais se organizaram em oposição ao período ditatorial da época. Diversos deixaram de

existir com o passar dos anos, sejam eles por questões de dificuldades estruturais ou até mesmo por terem cumprido com os seus papéis. Todavia, alguns se modificaram, dando espaço para que outros se erguessem (PERUZZO, 1998).

Acompanhando as constantes transformações da sociedade por décadas, o meio digital possibilitou uma base de variados modelos de produção e propagação de conteúdos informativos, como apresentado anteriormente por Squirra (2012). A expansão da internet e a era do digital permitiram que milhares de movimentos passassem a disseminar informações, compartilhar suas ideologias e articular protestos através das redes sociais. Gohn (2011) constata que:

Na atualidade, os principais movimentos sociais atuam por meio de redes sociais, locais, regionais, nacionais e internacionais ou transnacionais, e utilizam-se muito dos novos meios de comunicação e informação, como a internet. (...) Os movimentos realizam diagnósticos sobre a realidade social, constroem propostas. Atuando em redes, constroem ações coletivas que agem como resistência à exclusão e lutam pela inclusão social. (2011, p. 335-336)

Apesar das inúmeras transformações de um mundo inteiramente globalizado, os movimentos sociais do século passado até o presente momento têm em comum a construção de representações simbólicas afirmativas através de discursos e práticas (GOHN, 2011). E com as mudanças tecnológicas, o alternativo, um jornalismo com produção voltada aos movimentos sociais, populares e comunitários, torna-se agente social, disseminando informação e colaborando para a visibilidade nas lutas das minorias. “Percebe-se que este jornalismo tem como um de seus objetivos o despertar de consciências, no sentido de trabalharem seus textos como instrumento de luta social, pelo fortalecimento de iniciativas populares” (POSSEBON, 2012, p. 13). Para Jorge Filho (2018), as plataformas interativas e colaborativas resultaram na facilidade do processo de produção coletiva e disseminação de conteúdos.

Proliferam as páginas mantidas não só por sindicatos, partidos, movimentos sociais, mas também por jornalistas independentes, egressos da grande mídia ou fora do mercado, que buscam alternativas ao que consideram ser a mídia hegemônica. Em sintonia com o clima político, as causas defendidas também se diversificam, incluindo temas como o feminismo, populações tradicionais, igualdade racial, diversidade sexual, direito à moradia, legalização das drogas. (JORGE FILHO, 2018, p. 10-11)

O discurso jornalístico na comunicação popular, alternativa e comunitária nas redes sociais permite às classes um meio de manifestação, assim, germinando o protagonismo de uma camada social (ROCHA; BARBOSA, 2018). Diferente da imprensa tradicional, que costumeiramente busca dar visibilidade a fontes como

autoridades oficiais, no alternativo o cidadão comum ganha espaço. Desse modo, a mídia alternativa não revolucionou somente o campo jornalístico em si, como também deu espaço de forma participativa e direta para os que vivem a realidade na pele, lutando por justiça social e reivindicando seus direitos. O sujeito que antes era somente receptor, passou a ser também produtor, atuando em conjunto na propagação de seus ideais.

3 JORNALISMO E FEMINISMO: A CONSTRUÇÃO PARA UMA SOCIEDADE DEMOCRÁTICA

Este capítulo se debruça aos primórdios da imprensa feminina, realizando um resgate dos espaços conquistados pelas mulheres, principalmente, na imprensa brasileira, em meados do século XIX. Além disso, analisamos sob o aspecto histórico e contextual do movimento feminista e a inserção do discurso feminista nos primeiros periódicos femininos. Ao longo do capítulo, evidenciamos a representatividade da mulher na imprensa - de jornalista à leitora - que vai além de matérias de lazer e culinária e ressaltamos os primeiros jornais brasileiros dirigidos e criados por mulheres. Buscamos, ainda, destacar o feminismo como o fator principal no processo de emancipação da mulher e como o movimento está inserido no jornalismo contemporâneo.

No tocante ao feminismo, autoras como Pinto (2010), Beauvoir (1967), Butler (2003), Davis (2016), entre outras, contribuíram para a compreensão do contexto histórico e social da luta do Movimento Feminista e do papel da mulher na sociedade ao longo das décadas. No que se refere ao âmbito jornalístico no Brasil, especialmente o jornalismo feminino e feminista, autoras como Buitoni (1986) e Duarte (2016), ajudaram a compreender a relação do Movimento com a imprensa, além da contribuição do jornalismo na construção da igualdade de gênero e disseminação das ideologias feministas.

3.1 MOVIMENTO FEMINISTA: O INÍCIO DE UMA LUTA CONSTANTE POR DIREITOS E LIBERDADE

O percurso das mulheres e do Movimento Feminista ultrapassa barreiras há mais de dois séculos. O Feminismo, movimento social e político, surgiu para que elas buscassem lutar pela emancipação e entendessem os efeitos que uma sociedade patriarcal causa sobre o sexo feminino. Em um resgate histórico, Pinto (2010) aponta que:

Ao longo da história ocidental sempre houve mulheres que se rebelaram contra sua condição, que lutaram por liberdade e muitas vezes pagaram com suas próprias vidas. A Inquisição da Igreja Católica foi implacável com qualquer mulher que desafiasse os princípios por ela pregados como dogmas insofismáveis. (PINTO, 2010, p. 1)

O Movimento Feminista “não se apresenta como um movimento único e categorizado em apenas uma definição, sendo possível encontrar diversas abordagens, como a conservadora, a radical e a interseccional” (FELDMANN, 2018, p. 72). Os momentos históricos e relevantes do feminismo são marcados por “ondas”. A primeira onda, conhecida por Movimento Sufragista, teve sua origem nas últimas décadas do século XIX, na Inglaterra. No Brasil, o movimento surgiu nas primeiras décadas do século XX. Segundo Pinto (2010), a principal reivindicação na época era da luta pelo voto, o direito à cidadania que não era concedido às mulheres:

As sufragetes, como ficaram conhecidas, promoveram grandes manifestações em Londres, foram presas várias vezes, fizeram greves de fome. Em 1913, na famosa corrida de cavalo em Derby, a feminista Emily Davison atirou-se à frente do cavalo do Rei, morrendo. O direito ao voto foi conquistado no Reino Unido em 1918. (...) A sufragetes brasileiras foram lideradas por Bertha Lutz, bióloga, cientista de importância, que estudou no exterior e voltou para o Brasil na década de 1910, iniciando a luta pelo voto. (...) Este direito foi conquistado em 1932, quando foi promulgado o Novo Código Eleitoral brasileiro. (PINTO, 2010, p. 15-16)

A obra “O Segundo Sexo” da filósofa e ativista francesa, Simone de Beauvoir, publicada em 1949, teve grande influência para a segunda onda do movimento feminista na década de 1960 na Europa e nos Estados Unidos. O livro é considerado um dos mais importantes do movimento até os dias atuais. De acordo com Brasil e Santos (2017), “a célebre afirmação ‘Ninguém nasce mulher, torna-se mulher’ foi abraçada tanto pela militância feminista como pela produção acadêmica da época, ressaltando a força das convenções culturais em torno dos papéis sexuais”. No que refere-se à famosa frase, Beauvoir (1967) esclarece que “nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário” (1967, p. 9).

Nesta fase, a supremacia masculina passou a ser questionada e reivindicada. A contestação e a desmistificação do feminino, tornaram-se ponto para compreender a condição estrutural da mulher na sociedade:

O feminismo aparece como um movimento libertário, que não quer só espaço para a mulher – no trabalho, na vida pública, na educação –, mas que luta, sim, por uma nova forma de relacionamento entre homens e mulheres, em que esta última tenha liberdade e autonomia para decidir sobre sua vida e seu corpo. Aponta, e isto é o que há de mais original no movimento, que existe uma outra forma de dominação – além da clássica dominação de classe –, a dominação do homem sobre a mulher – e que uma não pode ser

representada pela outra, já que cada uma tem suas características próprias. (PINTO, 2010, p. 16)

No Brasil, devido ao cenário político da época, principalmente entre os anos de 1963 e 1964, com as radicalizações e a instauração do regime civil-militar (PINTO, 2010), a segunda onda do feminismo surgiu dez anos depois, em 1970.

Com a redemocratização dos anos 1980, o feminismo no Brasil entra em uma fase de grande efervescência na luta pelos direitos das mulheres: há inúmeros grupos e coletivos em todas as regiões tratando de uma gama muito ampla de temas – violência, sexualidade, direito ao trabalho, igualdade no casamento, direito à terra, direito à saúde materno-infantil, luta contra o racismo, opções sexuais. Estes grupos organizavam-se, algumas vezes, muito próximos dos movimentos populares de mulheres, que estavam nos bairros pobres e favelas, lutando por educação, saneamento, habitação e saúde. (PINTO, 2010, p. 17)

Em 1990, começou a terceira onda do movimento. O feminismo desta década apresentava-se sob uma nova perspectiva, um feminismo que chega para ressignificar as ondas anteriores. As feministas de terceira onda “pegaram os sutiãs, os batons e os saltos que suas precursoras haviam abandonado e os colocaram de volta, em defesa da liberdade individual de cada mulher” (FRANCHINI, 2017). Segundo Pinto (2010), nesta fase, o movimento também estava concentrado em Organizações Não-Governamentais (ONGs), que, por sua vez, levava-o a um processo de profissionalização.

Focadas, principalmente, na intervenção junto ao Estado, a fim de aprovar medidas protetoras para as mulheres e de buscar espaços para a sua maior participação política. Uma das questões centrais dessa época era a luta contra a violência, de que a mulher é vítima, principalmente a violência doméstica. Além das Delegacias Especiais da Mulher, espalhadas pelo país, a maior conquista foi a Lei Maria da Penha (Lei n. 11.340, de 7 de agosto de 2006), que criou mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. (PINTO, 2010, p. 17)

A militância dessa onda contemporânea chega para reparar as falhas das ondas anteriores, principalmente, nas questões que relacionavam à classe e à raça. É importante destacarmos que, durante muito tempo, o feminismo era um movimento concentrado nos direitos das mulheres brancas, principalmente, de classe média, ignorando a realidade vivenciada por outras mulheres. Angela Davis, filósofa e uma das mais importantes vozes do feminismo negro, aponta que:

Embora tenham colaborado de forma inestimável para a campanha antiescravagista, as mulheres brancas quase nunca conseguiam compreender a complexidade da situação da mulher escrava. As mulheres negras eram mulheres de fato, mas suas vivências durante a escravidão – trabalho pesado ao lado de seus companheiros, igualdade no interior da

família, resistência, açoimentos e estupros – as encorajavam a desenvolver certos traços de personalidade que as diferenciavam da maioria das mulheres brancas (DAVIS, 2016, p. 39).

O que iniciou com a luta pelo direito ao voto, ao trabalho, à liberdade sexual e à liberdade de pensamento, no final do século XX passou a abordar novos questionamentos envolvendo as questões de gênero. Judith Butler, filósofa feminista, é considerada uma das principais teóricas do feminismo na contemporaneidade e conhecida, principalmente, por suas teorias de gênero. Mas, o que seria o gênero e o sexo? Como apontado anteriormente por Beauvoir (1967), o sexo está ligado ao fator biológico, e o gênero associado a uma construção cultural. Contudo, contrapondo a teoria de Beauvoir de que o gênero é construído socialmente, Butler (2003) considera que:

A ideia de que o gênero é construído sugere um certo determinismo de significados do gênero, inscritos em corpos anatomicamente diferenciados, sendo esses corpos compreendidos como recipientes passivos de uma lei cultural inexorável. Quando a “cultura” relevante que “constrói” o gênero é compreendida nos termos dessa lei ou conjunto de leis, tem-se a impressão de que o gênero é tão determinado e tão fixo quanto na formulação de que a biologia é o destino. Nesse caso, não a biologia, mas a cultura se torna o destino. (BUTLER, 2003, p. 26)

Discute-se que a quarta onda do feminismo no Brasil esteja surgindo entre mobilizações de coletivos através dos meios de comunicação digital: o ciberativismo, que consiste em:

Diversas noções, conceitos e variáveis afins tratados como sinônimos, como ativismo midiático, ativismo digital, novo ativismo, novíssimos movimentos sociais, click-ativismo, hacktivismo, smartmobs, ativismo eletrônico, desobediência civil eletrônica, ciberguerra, netwar, guerrilha de comunicação, dentre outros. Esses são alguns dos termos usados para referir-se a um tipo de ativismo supostamente novo. (QUEIROZ, 2017 *apud* ALCÂNTARA, 2013, p. 2)

Durante os últimos anos, diversas campanhas surgiram em redes sociais como Facebook, Instagram e Twitter. A ONG Think Olga, em 2013, lançou a campanha “Chega de FiuFiu”, a fim de auxiliar no combate ao assédio sexual em espaços públicos. Em 2015, surgiu, predominantemente no Facebook, a hashtag #MeuAmigoSecreto com o objetivo de expor casos de machismo que mulheres vivenciam no cotidiano. Devido à baixa representatividade feminina na política, a Revista AzMina lançou, em 2018, a campanha #SejaALíderQueTeRepresenta, com o objetivo de incentivar mulheres a serem participativas na política e proporem mudanças. Recentemente, a *tag* conhecida por #Exposed, criada por usuárias do

Twitter, invadiu a rede e abriu espaço para que mulheres possam denunciar abusos e violências sofridas, além de incentivar e encorajar outras a não se calarem perante a esses atos.

Por meio do *cyberativismo*, é possível que meninas e mulheres que desconhecem sobre os direitos da mulher possam conhecer, se aproximar e adquirir consciência sobre a importância do feminismo. Torna-se um instrumento que incentiva o pensamento crítico promovendo posicionamentos que influenciam tanto a vida pessoal quanto em sociedade (...) e em especial, oportunizou maior visibilidade a grupos não hegemônicos como de militância ao feminismo negro e transfeminismo. (SOUSA; ARAÚJO, 2018, p 4-5).

As redes sociais na contemporaneidade tornam-se ambientes fundamentais para reunir mulheres, movimentos, coletivos e organizações feministas em prol à mesma causa: lutar contra o machismo. O meio digital se transformou em um espaço de reivindicações, organização de mobilizações e propagação de conhecimentos, contribuindo com as causas feministas.

3.2 PRIMÓRDIOS DA IMPRENSA FEMININA E FEMINISTA

Retratar sobre a vinculação feminina ao jornalismo é trazer à tona um assunto de obstáculos e conquistas. Iniciada no meio jornalístico através de pequenos espaços em redações e revistas voltadas para as donas de casa - com alguns temas como literatura, culinária e moda - foi crescendo e garantindo cada vez mais espaço entre redações e obtendo grande importância.

A imprensa feminina, segundo Buitoni (1986), “nasceu sob o signo da literatura, logo depois acompanhado pela moda. Nos primeiros tempos, moda e literatura dividiam as atenções” (1986, p. 22). A luta por direitos e pela emancipação, que as mulheres já vinham enfrentando com o passar das décadas, caminhou lado a lado com a imprensa feminina a partir dos séculos XVIII e XIX, construindo um caminho para a revolução.

Ao passo que o Movimento Feminista avançava, as páginas dos periódicos destinados às mulheres modificavam-se. A “imprensa feminina, mais do que a imprensa em geral, está estreitamente ligada ao contexto histórico que cria razões para seu surgimento, e que interfere em cada passo de sua evolução (BUITONI, 1986, p. 24)

O gênero jornalístico é definido pela autora como um conceito definitivamente sexuado, ou seja, pensado exclusivamente para suas leitoras:

O sexo de seu público faz parte de sua natureza. Desde que surgiu no mundo ocidental, no fim do século XVII, já trouxe a destinação às mulheres no próprio título do jornal -*Lady's Mercury* - prática a persistir até hoje. A começar do nome, a maioria das publicações, programas de rádio e TV femininos indicam claramente para quem se dirigem. (BUITONI, 1986, p. 7)

Buitoni (1896) enfatiza que o sexo das consumidoras é o principal ponto definidor que classifica a imprensa feminina, tendo em vista que, apesar de serem conteúdos voltados para o sexo feminino, nem todos os jornais foram redigidos por mulheres. Os assuntos eram dos mais variados, mas, em sua maioria, voltados para a questão do lar, dos filhos, da família:

Poesias, receitas de bolo, reportagens, figurinos, consultório sentimental, artigos de psicologia, entrevistas, testes, horóscopo, contos, fofocas, maquiagem, plantas de arquitetura, moldes, saúde, educação infantil, tudo parece caber dentro da imprensa feminina. Sua área de abrangência parece infinita: embora frequentemente ligados ao âmbito doméstico, seus assuntos podem ir da dor de dente no filho de sete anos à discussão de política de controle de natalidade, passando pelos quase inevitáveis modelos de roupa e pelas receitas que prometem delícias. (BUITONI, 1986, p. 8)

Em meados do século XIX, a educação para as mulheres atribuía-se apenas a classes abastadas, o que, por sua vez, tornava a imprensa feminina “um produto para a elite. As leitoras podiam ser contadas em poucos milhares, pois somente as mulheres da aristocracia e da elite da burguesia sabiam ler e dispunham de tempo para isso” (BUITONI, 1986, p. 28).

Segundo Buitoni (1986), a imprensa feminina teve seus primórdios no século XVII, na Inglaterra, com o periódico feminino *Lady's Mercury* (1693). O primeiro periódico feminino em território alemão surgiu em 1774, o *Akademie der Grazien*. Inicialmente, a maioria tratava-se de gazetas literárias, a moda passou a ganhar espaços nas páginas a partir do século XIX. Em 1800, na Alemanha e na Áustria, passou a surgir veículos voltados especialmente a moda. Na Itália, surgiu o *Toilette* (1770), *Biblioteca Galante* (1775) e *Giornaledelle Donne* (1781).

Em solo europeu, foi na França que a informação voltada para mulheres evoluiu. O primeiro veículo feminino francês ficou conhecido como *Courrier de la Nouveauté* (1758). Nos Estados Unidos, o primeiro periódico feminino que surgiu foi o *American Magazine*, no entanto, foram as páginas do *Ladie's Magazine* (1828), da escritora Sarah Hale, que ganharam popularidade com publicações referentes a entretenimento, esclarecimento e serviço (BUITONI, 1986).

Ainda nos estudos da autora, jornais femininos de cunho político passaram a surgir com o período da Revolução Francesa (1789-1799), um dos maiores marcos

históricos, que trouxe grandes transformações, inclusive, para a imprensa feminina. Foi em meio a esse período - que inúmeros historiadores denominam como o início da Idade Contemporânea - que a imprensa feminista germinou. Nasceu, então, o *Les Annales de l'Education du Sex* (1790), *Le Evénements du Jour* (1791) e *La Feuille du Soir*. Após Revolução Francesa, o periódico *L'Athénée des Dames* foi um dos primeiros feministas, escrito e elaborado por uma dezena de damas francesas.

Apesar do correio sentimental, suas redatoras buscavam a luta, no que não eram acompanhadas pelas leitoras, que lhes escreviam dizendo ser a resignação a solução para os problemas femininos. Foi fechado em 1809, por ordem do imperador. (BUITONI, 1986, p. 30).

Quase na metade do século XIX, em 1848, as feministas francesas Eugénie Niboyet, Desirée Gay e Jeanne Deroin criam um jornal diário, que ficou conhecido por *La Voix des Femmes*. “Revolucionárias entusiasmadas, seu lema era ‘Trabalho, Pátria, Família’, mas seus argumentos ainda eram moralistas” (BUITONI, 1986, p. 30). No mesmo período, surge o *La Politique des Femmes* (1848), fundado por um grupo de operárias, o jornal utilizava-se do emblema “Liberdade, Igualdade e Fraternidade para todos e para todas”, e depois passou a chamar-se *L'Opinion des Femmes* (BUITONI, 1986). Na Itália e Alemanha os jornais feministas também começaram a florescer. Como bem pontua Buitoni (1986), no lugar das palavras “dama” e “senhora”, os jornais começavam a adotar o termo “mulher” para estampar os títulos dos jornais.

3.2.1 IMPRENSA FEMININA NO BRASIL

No Brasil, a imprensa feminina surgiu em meados do século XIX, posteriormente a Europa que, no século XVIII, a imprensa feminina já se consolidava (BUITONI, 1986). A moda e a literatura também foram dois grandes pilares dos primórdios da imprensa feminina brasileira.

Quando falamos deste tipo de jornalismo, é impossível não associar à figura da mulher. No entanto, antes mesmo de as mulheres protagonizarem como produtoras os espaços desse gênero jornalístico no Brasil, os homens, atentos às questões de costumes da época, redigiam páginas destinadas exclusivamente ao público feminino. O primeiro periódico brasileiro atribuído às mulheres foi dirigido por um homem. O Espelho Diamantino, intitulado como o periódico dedicado às senhoras brasileiras, foi fundado pelo jornalista francês, Pierre Plancher. Durante o

curto período em que circulou - de 1827 a 1828, no Rio de Janeiro - o jornal dedicou-se, em quatorze edições, conteúdos sobre literatura, moda, arte, informações sobre o âmbito político, além de artigos sobre moda e culinária (DUARTE, 2016, p. 39).

Entre os títulos dirigidos por homens, o veículo feminino *A Mulher do Simplício* ou *a Fluminense Exaltada* (1832-1846) - também um dos primeiros destinados ao público feminino - foi dirigido pelo jornalista, poeta e editor Paula Brito (BUITONI, 1986). O periódico era redigido em versos, muito deles críticos, com questões políticas, sociais e incluindo a moda, representada como uma forma de alienar as mulheres através do exagero, da exuberância (DUARTE, 2016). Algo curioso no material era o fato de alguns poemas serem assinados com pseudônimos, como “Da Autora” e “a Redatora”, o que para Duarte (2016) nos faz questionar se o jornal estaria a cargo de uma mulher, ou se era apenas uma estratégia de Brito. O jornal *A Marmota* (1849-1864) - também editado por Paula Brito - foi sucessor de *A Fluminense Exaltada*, conquistou espaço com conteúdos literários, de moda e variedades. No impresso, “tivemos as primeiras litografias impressas no Brasil: foram figurinos, até então processados em Paris e encartados na revista” (BUITONI, 1986, p. 38).

Foi em 1852, no Estado do Rio de Janeiro, que surgiu o primeiro jornal feminino dirigido e produzido inteiramente por mulheres. O *Jornal das Senhoras*, criado pela jornalista argentina Joana Paula Manso de Noronha, ficou conhecido como fundador do periodismo feminino, e circulou na corte até 1855 (DUARTE, 2016, p. 22). O periódico apresentava conteúdos de moda, literatura, belas artes, teatro e crítica e, como muitos outros jornais femininos, tratava de questões relacionadas à família. Nos primeiros parágrafos do artigo número um, nomeado “As nossas assinantes”, publicado em 1º de janeiro de 1852, a jornalista argentina apresentava o periódico:

A sociedade do Rio de Janeiro, principalmente, Corte e Capital do Império, Metrópole do Sul da América, acolherá decerto com satisfação e simpatia *O Jornal das Senhoras* redigido por uma Senhora mesma: por uma americana que, se não possui talentos, pelo menos tem a vontade e o desejo de propagar a ilustração, e cooperar com todas as suas forças para o melhoramento social e para a emancipação moral da mulher. (O JORNAL DAS SENHORAS, 1852, p.1)

Pouco tempo depois, *O Jornal das Senhoras* passou a ser dirigido pela jornalista baiana Violante Bivar e Velasco. Para Duarte (2016) o periódico levantava a bandeira de reivindicações, como a luta pela educação das mulheres:

Trazia a bandeira que muitos dos periódicos que seguem também vão ostentar: a reivindicação por uma instrução, mais consistente para as meninas. Ao lado de notas sociais e comentários sobre moda e receitas, são estampados artigos clamando por melhores condições de vida. O leitor pretendido era a mulher, naturalmente, mas buscava-se o homem como forma de convencê-lo a aceitar (e a apoiar) o novo quadro que se desenhava para as jovens. (DUARTE, 2016, p. 22)

Em 1873, em Minas Gerais, surge então o 'semanário dedicado aos interesses da mulher': O Sexo Feminino. Fundado pela jornalista e educadora Francisca Senhorinha da Mota Diniz, e produzido com o auxílio de diversas colaboradoras, o semanário visava a emancipação da mulher e reivindicava arduamente o acesso à educação, "assuntos que foram carros-chefe de O Jornal das Senhoras, voltam com força no periódico desta mineira" (COSTA, 2014, p. 29). Na primeira tiragem, publicada no dia 7 de setembro de 1873, O Sexo Feminino registrava assumidamente em sua primeira coluna intitulada 'A educação da mulher', a sua luta pela dignidade e direitos das mulheres:

O século XIX, século das luzes, não se findará sem que os homens se convençam de que mais de metade dos males que os oprimem é devido ao descuido, que eles têm tido da educação das mulheres. E ao falso suposto de pensarem que a mulher não passa de um traste de casa (...) Em vez de pais de família mandarem ensinar suas filhas a coser, engomar, lavar, cozinhar, varrer a casa etc., etc., mandem-lhes ensinar a ler, escrever, contar, gramática da língua nacional perfeitamente, e depois, economia e medicina doméstica (...) que estas meninas assim educadas não dirão quando moças estas tristes palavras: se meu pai, minha mãe, meu irmão, meu marido morrerem o que será de mim!! (O SEXO FEMININO, 1873, p. 1)

A determinação do jornal de Senhorinha por meio das palavras permaneceu presente nas publicações seguintes, os objetivos do periódico ficavam cada vez mais evidentes. O segundo número, publicado em 14 de setembro do mesmo ano, estampava em primeira página o editorial sobre a 'Emancipação da Mulher':

Já circula por aí o primeiro número do Sexo Feminino, periódico que se dedica a defesa dos direitos da mulher. (...) O Sexo Feminino ergue-se modesto no vasto mundo da imprensa. Está animado de bons desejos para conviver, corresponder-se com os demais periódicos, com os quais deseja entreter relações amistosas, máxime com aqueles que não deixarão de propugnar pelos interesses da mulher, cujos direitos têm até o presente sido tão descuidosamente tratados pelo nosso governo, que parece temer alguma revolução resultante da instrução, educação e emancipação da mulher. (...) Prepare-se o futuro pela educação, a instrução do sexo frágil. (O SEXO FEMININO, 1873, p.1)

A chegada do século XX proporcionou a imprensa feminina uma nova face, as revistas e as ilustrações foram predominando a imprensa brasileira. Suas páginas com fotografias, formatos distintos e seções variadas foram conquistando espaço:

A revista foi-se tornando, ao longo do tempo, o veículo por excelência da imprensa feminina, seja no aspecto de apresentação gráfica, seja nas correspondentes maneiras de estruturar seu conteúdo. (...) O aperfeiçoamento da tecnologia gráfica e a conseqüente possibilidade de imprimir produtos cada vez mais sofisticados, com muitas fotos e cores, encontraram na revista o seu veículo ideal. (BUITONI, 1986, p. 57)

Buitoni (1986) analisa a imprensa feminina como como um meio voltado para os padrões da sociedade, uma imprensa individualista e excludente, mercadológica. Um meio preocupado não com as causas políticas e sociais, mas sim com a estética, a publicidade, estabelecendo a imagem de uma mulher, que é reflexo de uma sociedade patriarcal: “a imprensa feminina não mostra a negra, a índia, a japonesa; não mostra a pobre nem a velha - apresenta-se como ideal a mulher branca, classe média para cima e jovem” (1986, p. 78).

3.3 O MOVIMENTO FEMINISTA NO JORNALISMO ALTERNATIVO

Ao passo em que a segunda onda do movimento feminista se expandia na Europa, década de 1970, no Brasil a questão da mulher era desprezada por diversos jornais alternativos importantes, como O Pasquim, que associava o feminismo à frustração sexual da mulher (KUCINSKI, 2001, p. 70). Todavia, uma imprensa feminina repaginada, voltada para a reivindicação de seus direitos, ganhava, aos poucos, espaço no jornalismo alternativo. Conforme Buitoni (1986), com o surgimento da imprensa alternativa também surgiu a alternativa feminina - e feminista. Brasil Mulher e Mulherio, em um período de censura tinham uma nova visão de mundo e política, refletidos sobre a militância feminista:

Na fase mais fértil da imprensa alternativa brasileira, aparecem também jornais femininos alternativos. Os dois mais conhecidos, Brasil Mulher e Nós Mulheres (ambos de 1976 a 1978, com interrupções), são de São Paulo. O primeiro, editado pela Sociedade Brasil Mulher, era ligado ao Movimento pela Anistia; o outro era um órgão da Associação de Mulheres. (BUITONI, 1986, 54-55)

Apesar de terem circulado por apenas dois anos, ambos os periódicos pautaram, nesse curto período, assuntos dos quais a grande imprensa fechava os olhos, entre eles, “periferia, sindicatos, creche, direitos trabalhistas da mulher, custo de vida eram pontos importantes na pauta” (BUITONI, 1986, p. 55).

A edição número 11 do Brasil Mulher, publicada em março de 1978, já estampava na capa o título: “1º Congresso da Mulher Metalúrgica”. Na página 3 do

periódico, a história do dia 8 de março, conhecido como o Dia Internacional da Mulher, é redigida em caráter de resistência. Ao longo das 10 páginas, notícias relacionadas à mulher trabalhadora e a luta por direitos e melhores condições de trabalho preenchem cada linha do tabloide.

No editorial da primeira publicação do jornal declaradamente feminista, Nós Mulheres, em junho de 1976, anunciava: “NÓS MULHERES decidimos fazer este jornal feminista para que possamos ter um espaço nosso, para discutir nossa situação e nossos problemas. E, também, para pensarmos juntas nas soluções” (Nós Mulheres, 1976, p. 1). O tabloide manifestava a condição da mulher na época, além de conscientizar suas leitoras sobre a luta pela autonomia e direitos das mulheres. Ao final de cada editorial, buscava incentivar suas leitoras a colaborarem indicando conteúdos:

Refletir os problemas sentidos, vividos, e discutidos por todas Nós Mulheres é a forma que este jornal está procurando para ser cada vez mais um jornal representativo da maioria das mulheres brasileiras. Para tanto, é fundamental que mais leitoras nos enviem ideias, críticas, comentários e sugestões. (NÓS MULHERES, 1976, p. 2)

Para Buitoni (1986), o fato de os jornais serem destinados para diferentes camadas da sociedade, tornava-se um obstáculo, tendo em vista que “o discurso intelectualizante atrapalhava a compreensão para certas pessoas; para outras, o tom didático e às vezes simplório não despertava interesse” (1986, p. 55).

Na década de 1980, começa a circular o Mulherio (1981). Idealizado por jornalistas e pesquisadoras, com o apoio da Fundação Carlos Chagas - instituição voltada para a pesquisa e educação - o jornal nasceu com o intuito de suprir a carência de informações sobre a condição da mulher brasileira, além de aproximar instituições e pesquisadoras interessadas no assunto. O jornal passou por três fases, até que em 1988 transformou-se para Nexo, Feminismo, Informação e Cultura. Mulherio deixou um grande legado que, conforme destaca Buitoni (1986, p. 56), foi um “veículo sério e corajoso, sem se ligar a nenhuma tendência específica, conquistou a confiança do público.”

Atualmente, com a ascensão da internet, o crescente uso das mídias digitais e a expansão dos canais de comunicação, o jornalismo alternativo apresenta-se, cada vez mais, aliado aos movimentos sociais:

O advento da internet facilitou esse processo antigo de criar conteúdo alternativo ao dos grandes grupos editoriais para mobilizar a luta política de um determinado grupo ou simplesmente para fazer circular a produção de representações fora do circuito institucionalizado do mercado. (SILVA, 2016, p. 6)

Distintos dos veículos femininos, os jornais feministas, apesar dos percalços, cumpriram com o seu papel: levantaram a bandeira feminista, reivindicaram seus direitos e fizeram história. Tornaram-se, portanto, fonte primordial para estudos feministas da contemporaneidade.

4 AZMINA: DO JORNALISMO ALTERNATIVO CONTEMPORÂNEO À LUTA PELA IGUALDADE DE GÊNERO

Neste capítulo, realizamos um estudo sobre a Revista AzMina, com base nos referenciais teóricos e no estudo de caso, procedimento metodológico adotado para atingirmos o objetivo desta pesquisa. Em um primeiro momento, foi realizada a descrição do objeto de estudo: a Revista AzMina. Após, avançamos para a análise da Revista à luz dos conceitos dos referenciais teóricos de jornalismo alternativo e feminismo a fim de identificarmos as raízes da imprensa alternativa presente na Revista, bem como a ampliação do alternativo em diversos canais de comunicação. E, por fim, relacionamos a Revista AzMina junto ao alternativo e o feminismo, com o objetivo de apontar os novos moldes e possibilidades contemporâneos de fazer conteúdo jornalístico alternativo e feminista.

Entre tantas outras páginas jornalísticas feministas localizadas na *web*, a escolha da Revista AzMina se deu por um conjunto de características e significados que a contemplam, que vão desde a qualidade do conteúdo jornalístico até a identidade visual que ela abrange. Além de ser um exemplo de jornalismo alternativo contemporâneo, a escolha se deu ao fato de que o ativismo se faz, cada vez mais, presente na mídia digital e pela luta feminista que ainda é tão necessária. Dito isso, apontamos as características da AzMina, como as formas de abordagens nas reportagens, a presença digital com componentes visuais e gráficos, bem como a oferta de serviços que auxiliam nas desigualdades de gênero.

A Revista, que atua de forma independente, dispõe de conteúdos jornalísticos de cunho investigativo, que, em uma abordagem aprofundada - com variedade de fontes, dados, informações e recursos multimídias - buscam combater estereótipos de gênero, violência doméstica, homofobia e racismo. Além do mais, fazem da comunicação e da tecnologia fortes aliados para promover a igualdade de gênero. O campo da plataforma na qual a revista é hospedada transcende para outros meios. Assim, AzMina utiliza-se de novos recursos para traçar um caminho do qual a informação chegue no maior número de mulheres possíveis. O App PenhaS - de enfrentamento à violência contra mulher - e as campanhas #SejaALíderQueTeRepresenta e #MachismoNãoÉBrincadeira - que são lançadas, como tantas outras realizadas, em redes sociais e imprensa nacional e internacional

- são apenas alguns exemplos que contribuem para a conscientização, mobilização, reflexão e conhecimento do movimento feminista e da luta pela equidade de gênero.

Para a realização da pesquisa, adotamos o método de estudo de caso de Yin (2005). A metodologia nos possibilita responder como e por que o jornalismo alternativo se transformou nas últimas décadas e o que é capaz de definir o alternativo na contemporaneidade.

4.1 O ESTUDO DE CASO

Yin (2005) descreve que o estudo de caso é um método de pesquisa que se baseia na investigação, na observação e na pesquisa exploratória. Segundo o autor:

em geral, os estudos de caso representam a estratégia preferida quando se colocam questões do tipo “como” e “por que”, quando o pesquisador tem pouco controle sobre os acontecimentos e quando o foco se encontra em fenômenos contemporâneos inseridos em algum contexto da vida real. (YIN, 2005, p. 19)

De acordo com ele, o método é costumeiramente utilizado como estratégia de pesquisa para as seguintes áreas: psicologia, sociologia, ciência política, trabalho social, administração, planejamento social e, até mesmo, na economia. E pode ser apresentado através de três funções: exploratórias, descritivas e explanatórias. Sendo assim, utiliza-se o estudo de caso “para contribuir com o conhecimento que temos dos fenômenos individuais, organizacionais, sociais, políticos e de grupo, além de outros fenômenos relacionados” (YIN, 2005, p. 20).

Este método nos possibilita responder às seguintes questões: como o jornalismo alternativo transformou-se ao longo das décadas? O que pode ser definido como alternativo em meio a uma série de variedades tecnológicas que encontramos hoje? Por que em meio a uma gama de possibilidades que as tecnologias nos proporcionam, ainda assim, as pautas sociais são pouco visíveis? Como AzMina contribui para a disseminação de informações acerca do feminismo? Yin (2005) define que:

Questões do tipo “como” e “por que” são mais *explanatórias*, e é provável que levem ao uso de estudos de casos, pesquisas históricas e experimentos como estratégias de pesquisa escolhidas (...) em geral, questões do tipo “o que” podem ser tanto exploratórias (em que se poderia utilizar qualquer uma das estratégias) ou sobre predominância de algum tipo de dado (em que se

valorizaria levantamentos ou análises de registros em arquivo). (YIN, 2005, p. 25-26)

Deste modo, para a pesquisa, a técnica contribui na investigação e compreensão das transformações do jornalismo alternativo ao longo das décadas, possibilitando explorar e observar com êxito as características do alternativo na contemporaneidade.

4.2 “SIM, NÓS SOMOS FEMINISTAS!”

A Revista AzMina, declaradamente feminista, dá voz aos debates de gênero pouco registrados pela imprensa tradicional. Fundada em 2015, pela jornalista e feminista, Nana Queiroz, e colaboradoras, a Revista nasceu através de um financiamento coletivo e integra o Instituto AzMina. Hospedada em uma plataforma na *web*, a publicação online produz jornalismo independente e feminista, com o objetivo de dar visibilidade a questões das desigualdades de gênero no âmbito profissional, social e político, dos direitos das mulheres, das opressões e conquistas de mulheres negras, indígenas, transexuais e lésbicas. Além de levantar debates para assuntos que, ainda, são considerados um tabu na sociedade, como a sexualidade feminina, aborto, entre outros, que, inúmeras vezes, são ignorados pela grande imprensa ou são tratados superficialmente.

Na apresentação, aba “Quem somos”, a revista declara: “Sim, nós somos feministas! Na verdade, achamos que todas as organizações e veículos jornalísticos deveriam ser feministas. Porque ser feminista quer dizer que acreditamos que homens e mulheres devem ter direitos e oportunidades iguais. Isso é o básico, não acham?”.

O objetivo da Revista AzMina é produzir “informação de impacto, trazendo pluralidade de vozes e histórias para a rotina das mulheres” (AZMINA, 2020), no qual estão presentes nas reportagens do site e nos projetos como o MonitorA, Elas no Congresso, Mapa das Delegacias da Mulher, entre outros projetos.

Desse modo, AzMina vai além de prestar serviço informativo e educativo, com seus conteúdos jornalísticos de excelência. A Revista abraça uma série de serviços de utilidade pública, olhando sempre para o bem-estar da mulher na sociedade como um todo, para o combate ao machismo e a desconstrução social de gênero.

Ela é composta por seções divididas em: Política, Violência, Saúde, Feminismos, Maternidade, Cultura, Esporte, Comportamento, Dinheiro, Opinião e o Divã d’AzMina, que visa dar espaço para as leitoras que desejam contar alguma história ou desabafo. As reportagens são produzidas em caráter de jornalismo investigativo, com uma variedade de fontes, dados e conteúdo, que se mesclam com materiais gráficos, infográficos, fotografias, vídeos e áudios. Em um vídeo intitulado “O que AzMina faz?”, publicado no Youtube em 04 de fevereiro de 2020, no próprio canal da Revista, elas declaram seus propósitos:

Acreditamos no diálogo e na empatia para promover a igualdade e que informação pode salvar vidas. Trabalhamos para criar um mundo em que gênero não influencie o acesso a direitos e oportunidades. E mostramos que o feminismo é bom para todo mundo. (AZMINA, 2020).

Entre diretoras, redatoras, colunistas e voluntárias, a revista conta com um time de 22 mulheres. Há cinco anos, desde o seu lançamento, a Revista já recebeu prêmios e homenagens, dos quais estão: Troféu Mulher Imprensa 2020; Prêmio Geração Glamour; Prêmio Synapsis FBH de Jornalismo; Leão no Festival de Cannes e Troféu Mulher Imprensa 2017.

4.2.1 Reportagens e características

Como todo conteúdo de cunho jornalístico, as produções da Revista voltam-se para relatar acontecimentos atuais - ou não. No entanto, o que difere o jornalismo alternativo da AzMina dos meios tradicionais, é o fato de estarem empenhadas a dar mais visibilidade às causas sociais e como fazem isso.

Na página principal da revista, devido ao período de eleições municipais que o Brasil se encontra, a reportagem em destaque, publicada em 5 de novembro de 2020, apresenta-se com o seguinte título: “Gorda”, “porca”, “burra”: candidatas recebem mais de 40 xingamentos por dia no Twitter durante campanha eleitoral. A chamada acompanha uma imagem ilustrada com recursos gráficos, estampando o rosto das candidatas às prefeituras de São Paulo, Joice Hasselmann (PSL); de Porto Alegre, Manuela D’Ávila (PCdoB); e do Rio de Janeiro, Benedita da Silva (PT), sendo as mais perseguidas pela violência política de gênero nas redes sociais. Este dado foi extraído do projeto MonitorA, realizado pela revista, em conjunto com o

InternetLab e o Instituto Update, visando coletar e analisar comentários direcionados às candidatas nas redes sociais neste período eleitoral.

Neste título, destacamos a forma em que ele foi construído, com uma abordagem direta, que dá ênfase para a violência moral que as candidatas estão sofrendo. A construção da reportagem é direta e sem censuras. Buscando retratar as ofensas machistas, sexistas e misóginas que as candidatas enfrentam diariamente em seus perfis nas redes sociais. Este jornalismo, presente na reportagem, vem em forma de denúncia, escancarando a violência que as mulheres passam, seja por serem candidatas, mães, trabalhadoras, ou por simplesmente serem mulheres conquistando espaços na sociedade.

Figura 1 - Página inicial da Revista AzMina em novembro de 2020

Instituto AzMina Quem somos Transparência PenhaS Elas no Congresso Mapa das Delegacias Apoie

AZMina POLÍTICA VIOLÊNCIA SAÚDE FEMINISMOS MAIS OPINIÃO DIVÁ D'AZMINA

O que é uma “discussão técnica” em caso de violência contra a mulher?
Reequilibrar essa balança demanda reconhecer que o Estado e suas instituições estão permeados pela cultura do estupro
Tainá Góts

Mulheres puxam aumento de candidaturas indígenas
Candidaturas de mulheres indígenas a prefeitura e câmara de vereadores crescem 49%, mas somente 6 concorrerem a prefeita
Bárbara Libório e Marília Moreira

Violência sexual: o que é e o que fazer?
Procurar um atendimento especializado em até 72 horas é o primeiro passo para preservar a saúde das vítimas
Leticia Ferreira

“Gorda”, “porca”, “burra”: candidatas recebem mais de 40 xingamentos por dia no Twitter durante campanha eleitoral
As mais atacadas foram as candidatas à prefeitura de São Paulo, Joice Hasselmann (PSL); de Porto Alegre, Manuela D’Ávila (PCdoB); e do Rio de Janeiro, Benedita da Silva (PT), revela monitoramento de violência política de gênero nas redes
Jamile Santana

Fonte: Revista AzMina (2020)

Seguindo a reportagem em destaque, mais três notícias são elencadas: O que é uma “discussão técnica” em caso de violência contra a mulher?; Mulheres puxam aumento de candidaturas indígenas; e Violência sexual: o que é e o que fazer? Abaixo, na classificação “Destaques”, outros três títulos dão ênfase às situações de violência que a mulher brasileira encontra-se no país: Só 7% das cidades brasileiras contam com delegacia da mulher; Uma mulher é morta a cada 9

horas durante a pandemia no Brasil; e Em vez do clamor por mais punição, por que não buscamos transformações radicais da sociedade?. Em sua maioria, os conteúdos publicados levantam debates sobre a violência doméstica, o feminicídio, racismo, homofobia e todo tipo de preconceito que se baseia no gênero, além de incorporar as ideologias feministas nos assuntos abordados.

Em 23 de junho de 2020, período em que a pandemia por Covid-19 estava em fase crescente no Brasil, foi publicada pela AzMina² uma reportagem denominada “Um retrato das mães solo na pandemia”. Entre inúmeros dados coletados, infográficos, vídeos e fotografias, a cobertura especial destaca-se por priorizar mulheres “anônimas” para relatarem a luta que estão enfrentando na pandemia, com a tripla jornada diária: cuidados com filhos, com a casa e com o trabalho. As desigualdades sociais, raciais e de gênero que milhares de mulheres brasileiras enfrentam por serem pobres, negras e/ou lésbicas também entram em pauta. A reportagem está estruturada com mais dois subtítulos significativos: Mães Solo Negras e Redes de Apoio.

Figura 2 - Reportagem: Um retrato das mães solo na pandemia

Instituto AzMina Quem somos Transparência Penhas Elas no Congresso Mapa das Delegacias Apoio

AzMina POLÍTICA VIOLÊNCIA SAÚDE FEMINISMOS MAIS OPINIÃO DÍVIA D'AZMINA

reportagem atualizado

Um retrato das mães solo na pandemia

Mais de 11 milhões no Brasil, mulheres chefes de família se desdobram para conciliar trabalho, filhos, falta de dinheiro e sanidade mental; dados mostram que mães solo negras são maioria e que enfrentam restrições severas no acesso a internet, moradia, educação e saneamento

Vitória Régia da Silva, da Gênero e Número
23 de junho de 2020 (Atualizado em 2 de outubro de 2020)

Fonte: Revista AzMina (2020)

² Reportagem produzida em parceria com os laboratórios de dados e jornalismo Data Labe e É Nós, e com a Organização de Mídia Gênero e Número.

Ela traz apontamentos que não generalizam as mães solas no Brasil, tendo em vista que a maioria dessas mães são negras. Além do mais, outra característica que expressa os valores e profundidade na abordagem do assunto, é o olhar voltado para a saúde mental das mulheres que se encontram nessa situação divulgando redes de apoio para auxiliá-las.

Em 16 de julho de 2019, a Revista publicou a reportagem “Violência doméstica: o que é e quais são os tipos”. Ela está estruturada nos seguintes subtítulos: Quem é o agressor, Tipos de violência doméstica, Ciclo da violência, Violência doméstica contra homens? Estamos acostumados a nos deparar com notícias sobre violência doméstica e, quase sempre, sendo relacionadas à violência física. No entanto, a particularidade que esta possui, é de informar com clareza, de modo que as leitoras compreendam os tipos de violências que, muitas vezes, passam despercebidas pela falta de reconhecimento delas.

Em “O que a delegacia da mulher pode – e deve – fazer por você (e também o que não deve)”, divulgada em 31 de outubro de 2016, novamente, a publicação online traz apontamentos que contribuem para o entendimento de milhares de mulheres que desconhecem seus direitos e que são fundamentais compreender na hora de procurar ajuda. Uma realidade que pode ser percebida logo nas três primeiras linhas da reportagem: ““Eu não sabia muito bem como funcionava”, foi uma das frases mais ouvidas nos mais de 100 depoimentos de mulheres sobre as delegacias da mulher que colhemos” (BERTHO, 2016).

Ao produzir a reportagem “As três faces da prostituição”, em 20 de março de 2017, a jornalista Nana Queiroz passou por um processo de imersão, com a finalidade de sentir na pele as dificuldades que mulheres transexuais e travestis vivenciam nos pontos de prostituição, processo que pode ser identificado no trecho abaixo:

Estou num ponto apenas para prostitutas travestis e ela fez questão de me fazer parecer uma antes de sair de casa, traçando meus lábios vermelhos, sobrancelhas arqueadas, bochechas e pálpebras de tons gritantes. Para ser repórter, minha missão ali é passar por puta – e fazer ponto sem ser descoberta. (QUEIROZ, 2017)

A reportagem percorre entre as histórias vivenciadas por mulheres que ganham seus sustentos na prostituição e o debate sobre a descriminalização da prostituição para torna-se uma profissão legal.

Por fim, em “O BBB mostrou que quando é uma pessoa branca que fala sobre feminismo, as pessoas ouvem mais”, de 23 de abril de 2020, a jornalista Letícia Ferreira entrevistou a escritora, pesquisadora, mestra em direito, doutoranda em sociologia e especialista em estudos de gênero e raça, Winnie Bueno, para abordar uma pauta que vai além de um reality show: feminismo e racismo. Enquanto muitos portais estavam preocupados a relatar polêmicas, a AzMina atentou-se a evidenciar os debates de raça e o feminismo negro no qual a entrevistada destaca:

É importante que as pessoas levem a sério nos aspectos da vida cotidiana a voz das mulheres e o lugar de onde elas trazem suas reivindicações – e a gente questiona quais mulheres têm suas reivindicações apoiadas. Essas são reflexões importantes para fazer além desse programa. (BUENO, 2020)

Os títulos apresentados são somente uma parte das produções que as 22 jornalistas que integram a Revista AzMina produzem. Contudo, já demonstram a posição da Revista da luta feminista no combate ao machismo, nas questões ideológicas com a escolha e diversidade de fontes entrevistadas para cada assunto discutido - em sua maioria mulheres - no tipo de narrativa construída que vai para além de um mero informar, dos inúmeros temas abordados com profundidade e seriedade que dificilmente encontramos nos demais veículos tradicionais, além dos recursos multimídias (fotografias, áudios, vídeos, gráficos, infográficos) que são utilizados para complementar e esclarecer os conteúdos.

4.2.2 Jornalismo e tecnologia: aliados no combate às desigualdades de gênero

A Revista não atua somente com informação jornalística tradicional, são realizadas, também, palestras, campanhas, consultorias, além de projetos em âmbito tecnológico, como a criação do aplicativo “PenhaS”, plataforma de enfrentamento à violência contra mulher, que, segundo a revista, “é onde mulheres se encontram para apoiar umas às outras nas violências que sofrem. O app tem três pilares: informação, acolhimento e pedido de ajuda”.

Além do mais, no portal, há um mapa de Delegacias da Mulher, no qual a equipe da Revista apurou junto a órgãos públicos de segurança espalhados pelo Brasil, locais onde há delegacias com atendimento especializado para mulheres e postos com atendimento especializado dentro de delegacias comuns. Junto ao mapa, há questões como: Quem pode buscar atendimento?; O que é violência

doméstica contra a mulher?; O que a delegacia deve fazer por você?, sendo explicadas, o que contribui para o entendimento da vítima na hora de buscar atendimento em uma delegacia.

Outro projeto realizado pela equipe é o “Elas no Congresso”. Desenvolvido através de um gráfico, a proposta visa medir como cada deputada (o) e senadora (o) estão atuando em leis importantes para os direitos das mulheres no Brasil. “Quanto mais favorável para as mulheres forem os projetos propostos pelo parlamentar, maior sua nota e sua posição no ranking. Assim podemos saber quem são os aliados das mulheres no Congresso Nacional”, explica a Revista.

4.2.3 Atuantes em campanhas e redes sociais

AzMina, ao longo dos anos, lançou campanhas de conscientização, como #MachismoNãoÉBrincadeira, #MaisQue70, Carnaval Sem Assédio, #SejaALíderQueTeRepresenta, #VamosMudarOsNúmeros, entre outras, com o objetivo de lutar contra o machismo e as opressões vivenciadas pelas mulheres. Além do mais, promoveu o lançamento do livro “Você já é feminista!”.

A Revista possui extensões para o Facebook, Instagram, Twitter e Youtube. Os canais são alimentados com os conteúdos do site, assim, dando mais visibilidade às suas pautas e campanhas. No Youtube, além de ter inúmeros vídeos didáticos e informativos, o canal canta com a websérie “Café com AzMina”, que trata em seis episódios, assuntos como sexualidade, corpo feminino, maternidade, trabalho e luta por direitos a partir de relatos reais de mulheres. Em dados coletados em novembro de 2020, a AzMina contava com 131.713 curtidas no Facebook, 88 mil seguidores no Instagram, 23,3 mil seguidores no Twitter e 20,4 mil inscritos no YouTube.

4.3 REVOLUCIONÁRIA: AZMINA E AS TRANSFORMAÇÕES NO JORNALISMO ALTERNATIVO E FEMINISTA

Este subcapítulo visa analisar as características dos primórdios do jornalismo alternativo no Brasil, cruzando com os aspectos da Revista AzMina a fim de identificarmos os conceitos e as transformações do jornalismo alternativo na contemporaneidade.

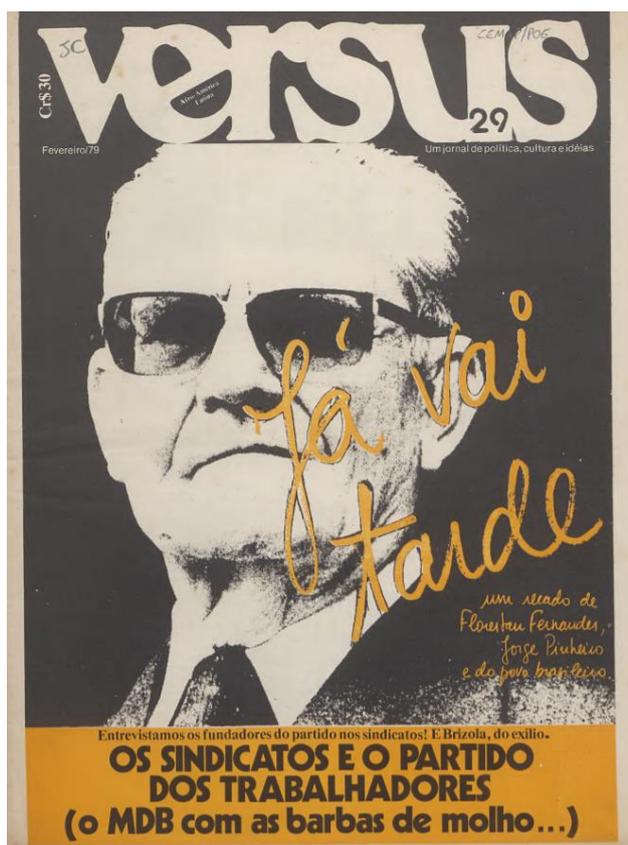
As inúmeras ofertas de ferramentas do meio tecnológico possibilitaram que o jornalismo alternativo ultrapassasse as páginas do impresso e dos folhetins,

assumindo um papel fundamental na *web*, com a produção e disseminação de pautas sociais que ainda não ganharam os holofotes da grande mídia. Este processo contribui para o fortalecimento de movimentos sociais, nesta monografia em específico o movimento feminista, auxiliando na propagação das pautas reivindicadas por este movimento, nas discussões e no entendimento dos direitos das mulheres.

4.3.1 Do impresso ao digital: a transição do alternativo

A origem do alternativo brasileiro nasceu dos anseios por transformações e lutas, em oposição às repressões do então regime civil-militar. A imprensa alternativa, opunha-se às ideologias do autoritarismo do governo militar e lutava pelas causas de Direitos Humanos e Movimentos Sociais. No alternativo contemporâneo, a Revista AzMina, também, manifesta em suas publicações oposição às condutas de governos que violam os direitos assegurados ao ser humano, em especial às mulheres. Assemelhando-se às características do jornalismo alternativo dos anos de 1970, abaixo destacamos a capa do jornal alternativo Versus, edição 29, publicada em fevereiro de 1979. Na capa, o recado ao 4º presidente da ditadura civil-militar, General Ernesto Geisel, declarava: “Já vai tarde - um recado de Florestan Fernandes, Jorge Pinheiro e do povo brasileiro”.

Figura 3 - Capa de Versus (1979)



Fonte: Centro de Documentação do Movimento Operário Mário Pedrosa/Acervo

A fim de propor uma comparação entre os títulos do jornalismo alternativo e do jornalismo alternativo contemporâneo, destacamos a publicação da jornalista e colunista da AzMina, Marília Taufic, realizada em 31 de março de 2020: “Violência contra mulher: mais uma epidemia que Bolsonaro minimiza”.

Figura 4 - Artigo de opinião Violência contra mulher: mais uma epidemia que Bolsonaro minimiza

Instituto AzMina Quem somos Transparência PenhaS Elas no Congresso Mapa das Delegacias Apoiar

AzMina POLÍTICA VIOLÊNCIA SAÚDE FEMINISMOS MAIS OPINIÃO DIVÁ D'AZMINA

colunas opinião d'azmina

Violência contra mulher: mais uma epidemia que Bolsonaro minimiza

Marília Taufic
31 de março de 2020

O presidente privatiza um problema social: não é a falta de trabalho que ocasiona a violência, é o machismo

Compartilhe

“Tem mulher apanhando em casa. Por que isso? Em casa que falta pão, todos brigam e ninguém tem razão”. A fala é do presidente Jair Bolsonaro. Mais uma vez, ele usa um dado real para contar uma mentira e diminuir a gravidade que é o problema da [violência contra a mulher](#) no Brasil.

Sim, desde que a [crise do coronavírus](#) começou tem sido destacado pelos movimentos feministas e organizações internacionais de defesa dos direitos humanos (como a ONU e a Human Rights Watch) que o isolamento social para evitar a propagação do coronavírus pode levar a um aumento do número de casos de agressões de mulheres.

ÚLTIMAS

O que é uma “discussão técnica” em caso de violência contra a mulher?
Tainã Góis

Em vez do clamor por mais punição,

Fonte: Revista AzMina (2020)

Tendo em vista que as oposições aos governos visavam a luta por liberdade e defesa das minorias, as pautas da imprensa alternativa concentravam-se em denunciar e cobrar direitos democráticos. Hoje, o jornalismo alternativo não é diferente, entre as inúmeras publicações da Revista Azmina, podemos destacar três títulos que apontam as particularidades em comum com o jornalismo alternativo do período ditatorial, que compreende os direitos das mulheres: “8 razões porque aborto NÃO deveria ser crime no Brasil”, “Pandemia dificulta acesso a contraceptivos quando mulheres mais precisam evitar gravidez” e “Amamentar deveria ser tratado como um direito da lactante e não da criança de ser amamentada”. As publicações visam fomentar os direitos à saúde e à liberdade de mulheres e mães, além de desempenharem o papel de “reportagens-denúncias”.

Na figura abaixo podemos identificar a capa de um dos mais importantes jornais alternativos feministas do século XX: Nós Mulheres. Na edição de número dois, publicada em outubro de 1976, o jornal feminista já apontava desafios enfrentados pelas mulheres trabalhadoras e mães, além do direito ao voto concedido na época.

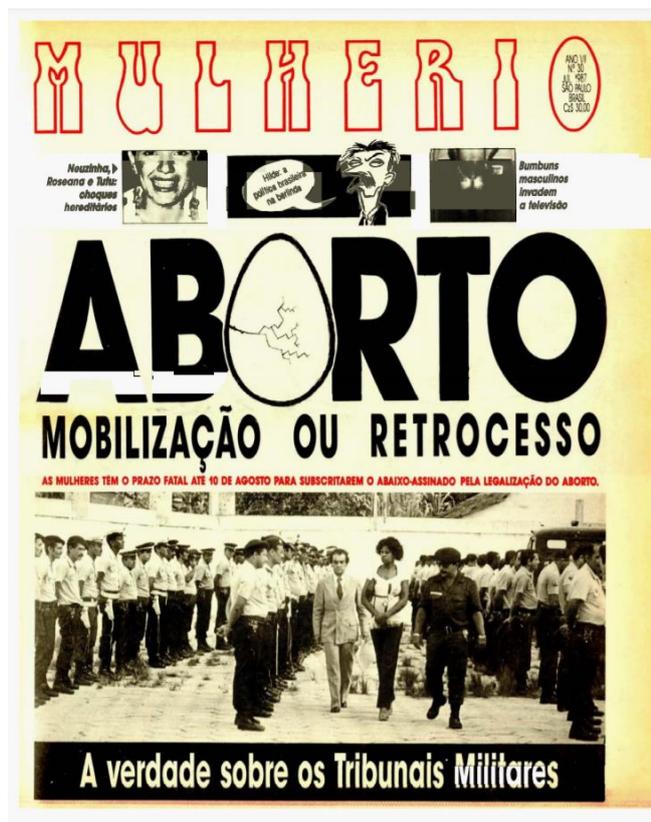
Figura 5 - Capa de Nós Mulheres (1976)



Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira

Outro periódico feminista, que foi fundamental para a reivindicação dos direitos das mulheres, o *Mulherio*, pautou em sua 30ª edição impressa em 1987, o debate sobre a legalização do aborto.

Figura 6 - Capa de Mulherio (1987)



Fonte: Fundação Carlos Chagas

Um atributo significativo da imprensa alternativa correspondia ao caráter desprovido de lucros, repudiando a comercialização e o status mercadológico. Essa linha assemelha-se ao jornalismo independente produzido pelas AzMina. A Revista, pertencente à uma organização sem fins lucrativos, conta com financiamento coletivo apoiado por leitoras e leitoras para manter a equipe e, assim, continuar produzindo e entregando seus conteúdos. Além do mais, prezam pela transparência com seus apoiadores, assegurando o acesso aos gastos realizados com os valores doados. As imagens nas revistas tornaram-se peças fundamentais para complementarem os textos. Conforme Buitoni (1986):

A imagem vira texto, com séries de fotos contruindo verdadeiras “frases visuais”; e o texto vira imagem quando recorre a figuras de estilo que nos fazem visualizar a pessoa ou a cena, ou sugerem emoções e sentimentos. O texto imagético, a imagem textual: um casamento que deu muito certo nas revistas, principalmente femininas. (BUITONI, 1986, p. 19)

Atualmente, os avanços das tecnologias nos permitem com uso de recursos digitais criar e usar da imaginação para compor fotografias. Na AzMina, estes

recursos são explorados e compõem praticamente todas as reportagens que são publicadas no site, como a imagem destacada abaixo.

Figura 7 - Reportagem Violência sexual: o que é e o que fazer?

Instituto AzMina Quem somos Transparência Penha5 Elas no Congresso Mapa das Delegacias Apoie

AzMina POLÍTICA VIOLENCIA SAÚDE FEMINISMOS MAIS OPINIÃO DIVA D'AZMINA

reportagem violência contra mulher

Violência sexual: o que é e o que fazer?

Procurar um atendimento especializado em até 72 horas é o primeiro passo para preservar a saúde das vítimas

Letícia Ferreira
1 de setembro de 2020 (Atualizado em 6 de novembro de 2020)

Fonte: Revista AzMina (2020)

Contudo, o exotismo em constituir imagens para além de ilustrar os textos já caracterizava as capas dos jornais alternativos que, mesmo restritos a falta de recursos digitais devido à época, ainda assim, não deixavam de produzir capas incomuns. A exemplo, podemos observar abaixo a capa de *Opinião*, publicada em abril de 1974.

Figura 8 - Capa de Opinião (1974)



Fonte: Centro de Documentação do Movimento Operário Mário Pedrosa/Acervo

Revolucionários, os jornais alternativos do período do regime civil-militar se destacam em meio a ousadia de suas capas e ao jornalismo crítico. Essa essência, hoje, floresce no seio dos inúmeros canais alternativos brasileiros.

4.3.2 Ativismo na era digital: a luta feminista presente na AzMina

Quando falamos de feminismo, estamos falando de um período de mais de 200 anos de uma história de lutas e conquistas. Conforme vimos no capítulo anterior, a luta feminista passou por inúmeras fases e momentos, cada um com suas particularidades. O movimento, deu o primeiro passo para lutar pela cidadania, conquistando o direito ao voto, condições melhores de trabalho, à educação. Depois, caminhou rumo à liberdade, à autonomia, à sexualidade, aos direitos reprodutivos. E, hoje, o feminismo caminha a passos largos para a interseccionalidade, dando

espaço às mulheres de todas as classes, gêneros e raças, principalmente, no que se refere ao combate à violência contra a mulher, ao racismo e a homofobia.

Conforme o feminismo se remodelava, a imprensa feminina também se transformava. Os periódicos transitaram de um modelo voltado para as donas de casa a exemplares das lutas sociais das mulheres. O jornal alternativo feminista Nós Mulheres, manifestou na capa da sua 7ª edição, publicada em março de 1978, a luta feminista que, no Brasil, encontrava-se na sua segunda onda: lutar pela liberdade das mulheres e o direito à igualdade.

Figura 9 - Capa de Nós Mulheres (1978)



Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira

Hoje, o foco das reivindicações são outras, mas não muito diferentes do que encontrávamos nas décadas passadas. As mulheres ainda lutam para garantirem

espaços no cenário político. A reportagem “Mulheres na política: A luta histórica pela voz³”, publicada em 1º de outubro de 2018, busca apresentar essa realidade.

Figura 10 - Reportagem Mulheres na política: A luta histórica pela voz

Instituto AzMina Quem somos Transparência PenhaS Elas no Congresso Mapa das Delegacias Apoie

AZMina POLÍTICA VIOLÊNCIA SAÚDE FEMINISMOS MAIS OPINIÃO DIVÃ D'AZMINA

reportagens política

Mulheres na Política

Mulheres na política: A luta histórica pela voz

Websérie resgata histórico de mulheres na política, mapeia movimentos que promovem ocupação feminina na política, apresenta a realidade de mulheres em cargos políticos e discute possíveis caminhos para uma mudança

Fluxa
1 de outubro de 2018 (Atualizado em 4 de fevereiro de 2020)

Fonte: Revista AzMina (2018)

O “consultório sentimental”, elemento marcante da imprensa feminina e que a acompanha desde os seus primórdios, propunha que suas leitoras enviassem cartas à redação a fim de criar uma relação de interação entre o jornal e suas leitoras. Esta seção, na qual as leitoras enviavam cartas seja para fazer desabafos ou solicitar dicas e informações sobre assuntos como literatura, romance e família, com o passar das décadas se reinventou e, atualmente, pode ser atrelada à seção “Divã D’AzMina”. De acordo com a Revista, o objetivo é ser um “espaço para as leitoras sentarem e desabafarem” e nele podemos encontrar assuntos como divórcio, assédio, saúde, masturbação, trabalho, maternidade, aborto, finanças,

³ Reportagem em formato de websérie, produzida pela Fluxa em parceria com a Revista AzMina.

sexualidade, entre outros. No entanto, o que difere o Divã do consultório sentimental são os interesses de seus públicos. Evidentemente, o contexto social em que cada uma está inserida, reflete no modo de pensar e agir das leitoras. Hoje, tratamos com mais liberdade assuntos que no passado eram considerados tabus. Apesar da evolução dos temas pautados, a essência deste componente permaneceu íntegra: acolher e dar voz às mulheres, propiciando a elas o sentimento de pertencimento.

4.3.3 AzMina, jornalismo alternativo e feminismo: uma difusão para além do informar

O ciberespaço modificou as formas de fazer jornalismo alternativo e, hoje, ele não se apresenta apenas como um meiopositor aos governos - como vimos com a ascensão da mídia contra-hegemônica brasileira no período do Golpe Civil-Militar de 1964. No atual contexto social e político em que vivemos, de uma série de preconceitos construídos historicamente e culturalmente sendo reproduzidos cada vez mais na sociedade, o alternativo ultrapassa os muros dos meios tradicionais de informação, se reestrutura e apropria-se dos espaços fornecidos pelos canais digitais para ampliar o combate às desigualdades sociais através do diálogo jornalístico.

A Revista AzMina, como podemos ver ao longo deste capítulo, é um exemplo de meio alternativo. Ela herdou as características fundamentais dos primórdios do jornalismo alternativo, como os anseios por transformação na sociedade, a luta pelas causas sociais e direitos humanos e as diferenças do modelo tradicional de abordar a realidade. Contudo, revolucionou o modelo de alternativo, ampliando ainda mais este conceito, com as suas reportagens, projetos, palestras, debates, oficinas e eventos que visam disseminar informações sobre os direitos das mulheres e o combate às desigualdades de gênero.

O feminismo, pauta central dos conteúdos abordados, também tem o seu conceito ampliado pela Revista. As reportagens e todo o conjunto de serviços que ela abrange, visam levantar debates dessa pauta de forma ampla, em um contexto de que o sujeito mulher é visto com suas variações, sejam elas de classes sociais, raciais, culturais, de gênero e sexualidade.

Deste modo, a Revista apresenta-se como um agente de transformações sociais, produzindo conteúdo jornalístico, educativo e de qualidade para mulheres - e

a todos engajados com a causa -, com o objetivo de promover a equidade de gênero por meio da informação e do conhecimento. As variações de conteúdos que dispõe às suas leitoras, sendo no site da AzMina, no App PenhaS, no projeto Elas No Congresso e suas campanhas dentro e fora das redes sociais seguem como base para outras mulheres compreenderem os seus direitos e enfrentarem as desigualdades, promovendo o empoderamento feminino e contribuindo para um estado mais democrático.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa buscou compreender, através da Revista AzMina, o conceito de jornalismo alternativo na contemporaneidade, tendo em vista que, com o passar das décadas, este conceito foi se modificando ao passo que a sociedade e os meios de comunicação foram se transformando. Além de apontar a relação deste gênero jornalístico como agente social na disseminação das pautas feministas.

A escolha da AzMina como objeto de estudo ocorreu devido à representatividade no combate à desigualdade de gênero, com um extenso trabalho em prol da luta das mulheres sob a perspectiva feminista interseccional. Além do mais, as características que a compõem, como as produções de reportagens de cunho investigativo de pautas que historicamente são invisíveis e não são tratadas pela mídia tradicional. A Revista AzMina, também atua de forma combativa dando suporte para a construção de uma sociedade mais democrática através de produções informativas e educativas, que promovem o debate e a compreensão dos assuntos tratados; e todas as outras extensões que a contemplam, como os projetos que abrangem o App PenhaS, Elas No Congresso, Mapa das Delegacias da Mulher, MonitorA, campanhas em combate ao machismo, entre outros aspectos já mencionados neste trabalho.

Para o desenvolvimento desta pesquisa, foram elencados os seguintes objetivos a serem traçados: (1) compreender através de seu percurso histórico o conceito de jornalismo alternativo; (2) analisar as transformações do jornalismo alternativo contemporâneo e como ele apresenta-se hoje; (3) identificar as relações do jornalismo alternativo com os movimentos sociais; e (4) refletir sobre a importância do jornalismo presente na Revista AzMina em disseminar informações sobre os direitos das mulheres através do feminismo.

Considerando os objetivos apresentados, para compreender o jornalismo alternativo, o capítulo *O ativismo no jornalismo alternativo* realizou um resgate das origens da imprensa alternativa, apontando sua relação com os movimentos sociais e transformações que compõem o jornalismo alternativo contemporâneo. Em *Jornalismo e Feminismo: a construção para uma sociedade democrática*, a autora narrou os primórdios da imprensa feminina e feminista, alinhando-os com os momentos históricos do feminismo e seus conceitos.

O último capítulo, *AzMina: do jornalismo alternativo contemporâneo à luta pela igualdade de gênero*, ficou a cargo da análise do objeto de estudo. Para tanto, foi realizada, com base no método de estudo de caso, a descrição da Revista AzMina. Após, foram apontadas as suas características semelhantes com os primórdios do jornalismo alternativo e feminista, a fim de identificarmos e explicarmos os fenômenos pelos quais resultaram as transformações da área.

A partir da pesquisa apresentada, o estudo leva a autora a perceber que o jornalismo alternativo contemporâneo, além de suprir as lacunas da imprensa tradicional, é uma ferramenta essencial para dar voz e visibilidade às minorias, se debruçando com afinco sobre as pautas que apontam os problemas estruturais da nossa sociedade e merecem um olhar mais atento.

No decorrer das décadas, com um mundo em constante transformação social e tecnológica, atingindo os meios de comunicação, o jornalismo alternativo soube adaptar-se e apropriar-se da gama de recursos disponibilizados pelo ambiente digital. Além de acompanhar as mudanças sociais presentes em nosso cotidiano. Squirra (2012, p. 113) aponta que “o passar dos anos foi mostrando que as bases digitais representavam uma tendência que merecia investimento e dedicação próprios”. A autora, ao longo desta pesquisa, percebeu que a Revista Azmina soube usar estes recursos a favor do público por ser independente, sem fins lucrativos, viabilizando o acesso à informação para todas e todos. As plataformas digitais tornaram-se aliadas dos veículos alternativos, assim, possibilitando que o conteúdo da revista chegue a um número maior de leitoras e leitores, atingindo a sua missão: “promover a equidade de gênero por meio da informação e da educação, considerando especificidades de raças, classe e orientação sexual” (AZMINA, 2019).

O feminismo de duzentos anos atrás, hoje, não é mais o mesmo. As lutas e as conquistas foram muitas. No entanto, atualmente, não faltam pautas para serem reivindicadas e desconstruídas. Ainda vivemos em uma sociedade patriarcal, na qual o machismo estrutural, as desigualdades de gênero, raça e classe encontram-se enraizadas no meio social. Do mesmo modo, conclui-se que AzMina acompanha essas transformações. A revista, independente do contexto político, relaciona-se com a causa feminista e suas interseccionalidades, com suas produções que vão desde os desafios e as opressões sofridas pelas mães solas brasileiras, mulheres negras, lésbicas, transexuais, indígenas e todas àquelas que são atingidas por este sistema de opressões.

Ademais, a autora compreende que jornalismo alternativo contemporâneo e feminismo são duas bases essenciais para a construção de um mundo mais democrático e livre para as mulheres. O feminismo ainda é um instrumento essencial para a construção de uma sociedade igualitária e libertária. E o jornalismo alternativo, com sua responsabilidade social ao abordar o tema, torna-se vetor fundamental para a disseminação dos ideais feministas.

REFERÊNCIAS

BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo Sexo**: a experiência vivida. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1967.

BERTHO, Helena. O que a delegacia da mulher pode – e deve – fazer por você (e também o que não deve). **Revista AzMina**, 2016. Disponível em: <https://azmina.com.br/reportagens/o-que-a-delegacia-da-mulher-pode-e-deve-fazer-por-voce-e-tambem-o-que-nao-deve/>. Acesso em: 28 out. 2020.

BONA, Nivea Canalli; CARVALHO, Guilherme Gonçalves. **Jornalismo Alternativo**: conceito atual, ambiência digital e a busca da cidadania comunicativa. In: II Seminário de Jornalismo e Cidadania na Hipermídia. Paraná: 2015. Disponível em: https://www.academia.edu/28438989/Jornalismo_Alternativo_conceito_atual_ambi%C3%Aancia_digital_e_a_busca_da_cidadania_comunicativa. Acesso em: 24 set. 2020.

BRASIL, Natasha Fernandes Mendes; SANTOS, Jaqueline Sant'ana Martins dos. **O Grito tem que ser potente: o feminismo negro de Mc Carol e KarolConka**. In: 13º Mundos de Mulheres & Fazendo Gênero 11. Florianópolis-SC: 2017. Disponível em: http://www.en.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1499430358_ARQUIV_O_OGritoTemQueSerPotente.pdf. Acesso em: 22 set. 2020.

BUENO, Winnie. O BBB mostrou que quando é uma pessoa branca que fala sobre feminismo, as pessoas ouvem mais. **Revista AzMina**, 2020. Disponível em: <https://azmina.com.br/reportagens/bbb-feminismo-racismo-winnie-bueno/>. Acesso em: 31 out. 2020.

BUITONI, Dulcília Schroeder. **Imprensa Feminina**. São Paulo: Ática, 1986.

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: 2003.

COSTA, Carlos. Revistas femininas do século XIX: os primeiros passos. In: **Revista Comunicare – Dossiê Feminismo**, [S. l.], v. 14, n. 1, p. 24-35, 2014. Disponível em: <https://casperlibero.edu.br/wp-content/uploads/2015/08/Revistas-femininas-dos%C3%A9culo-XIX.pdf>. Acesso em: 22 set. 2020.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DUARTE, Constância Lima. **Imprensa feminina e feminista no Brasil**: século XIX. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.

FELDMANN, Anna Flávia. **Feminismo em pauta: um estudo sobre mulheres e jornalismo alternativo**. 2018. 151 f. Tese (Doutorado) - Curso de Ciências da Comunicação, Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018. Disponível em:

<https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27153/tde-27122018-101749/publico/AnnaFlaviaFeldmann.pdf>. Acesso em: 15 set. 2020.

FRANCHINI, B. S. O que são as ondas do feminismo? In: **Revista QG Feminista**. 2017. Disponível em: <https://medium.com/qg-feminista/o-que-s%C3%A3o-as-ondas-do-feminismo-eeed092dae3a>. Acesso em: 22 set. 2020.

GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais na contemporaneidade. **Rev. Bras. Educ.**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 47, pág. 333-361, ago. 2011. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782011000200005&lng=en&nrm=iso. Acesso em 24 set. 2020.

FILHO, José Ismar Petrola Jorge. **Jornalismo alternativo ontem e hoje**: histórico e esboço de uma definição. In: 16º Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo. São Paulo: 2018. Disponível em: <http://sbpjour.org.br/congresso/index.php/sbpjour/sbpjour2018/paper/viewFile/1383/876>. Acesso em: 15 set. 2020.

KUCINSKI, Bernardo. **Jornalistas e revolucionários**. Nos tempos da imprensa alternativa. 2ª ed., revista e ampliada, São Paulo: Edusp: 2001.

NÓS MULHERES. São Paulo, 1976. Disponível em: <https://www.fcc.org.br/conteudos especiais/nosmulheres/arquivos/NosMulheresn1.pdf>. Acesso em: 10 out. 2020.

O SEXO FEMININO. Rio de Janeiro, 1873. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/sexo-feminino/706868>. Acesso em: 7 out. 2020.

O JORNAL DAS SENHORAS. Rio de Janeiro, 1852. Disponível em: <http://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/jornal-senhoras/700096>. Acesso em: 7 out. 2020.

O MAPA DO JORNALISMO INDEPENDENTE. Agência Pública, 2020. Disponível em: <https://apublica.org/mapa-do-jornalismo/>. Acesso em: 28 ago. 2020.

O QUE AZMINA FAZ?. **Revista AzMina**. [S.l.:s.n.], 2020. 1 vídeo (44 seg). Publicado pelo canal AzMina. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=MOCXcYUA36U>. Acesso em: 6 nov. 2020.

PERUZZO, Círcia Maria Krohling. **Comunicação nos movimentos populares**: a participação na construção da cidadania. Petrópolis-RJ: Editora Vozes, 1998.

_____. **Revisitando os Conceitos de Comunicação Popular, Alternativa e Comunitária**. In: XXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Brasília-DF: 2006. Disponível em: <http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/116338396152295824641433175392174965949.pdf>. Acesso em: 15 set. 2020.

_____. **Conceitos de comunicação popular, alternativa e comunitária revisitados e as reelaborações no setor.** In: XXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Brasília-DF: 2006. Disponível em: https://revistas.ufrj.br/index.php/eco_pos/article/download/947/887. Acesso em: 15 set. 2020.

_____. **Aproximações entre comunicação popular e comunitária e a imprensa alternativa no Brasil na era do ciberespaço.** In: XXXI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Natal-RN: 2008. Acesso em: <http://www.inpecc.pro.br/media/uploads/pesquisas/r3-0716-1.pdf>. Acesso em: 12 set. 2020.

PINTO, Céli Regina Jardim. FEMINISMO, HISTÓRIA E PODER. **Revista de Sociologia e Política**, [S.l.], v. 18, n. 36, jun 2010. ISSN 1678-9873. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/rsp/article/view/31624/20159>. Acesso em: 05 out. 2020.

POSSEBON, A. Comunicação Alternativa: uma reflexão sobre o jornalismo para além da grande mídia. **Revista Alterjor**, [S. l.], v. 4, n. 2, p. 1-15, 2012. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/alterjor/article/view/88231>. Acesso em: 21 set. 2020.

QUEIROZ, Eliani de Fátima Covem. **Ciberativismo**: a nova ferramenta dos movimentos sociais. *Panorama*, [S.L.], v. 7, n. 1, p. 2-5, 30 jun. 2017. Pontifícia Universidade Católica de Goiás -PUC Goiás. <http://dx.doi.org/10.18224/pan.v7i1.5574>.

QUEIROZ, Nana. As três faces da prostituição. **Revista AzMina**, 2017. Disponível em: <https://azmina.com.br/reportagens/as-tres-faces-da-prostituicao/>. Acesso em: 31 out. 2020.

REIS, Mariana. Comunicar, resistir: um olhar sobre as práticas discursivas em rede do jornalismo independente no Brasil. **Vozes&Diálogo**. Itajaí, v. 16, n. 01, jan./jun. 2017. Disponível em: <https://siaiap32.univali.br/seer/index.php/vd/article/view/9455>. Acesso em: 02 dez. 2020.

REVISTA AZMINA. Disponível em: <https://azmina.com.br/>. Acesso em: 5 nov. 2020.

ROCHA, Tácia; BARBOSA, Flávia. **Mídia Alternativa**: um trajeto sobre o conceito e seus deslocamentos. In: BRAIGHI, Antônio Augusto; LESSA, Cláudio; CÂMARA, Marco Túlio (orgs.). *Interfaces do Midiativismo: do conceito à prática*. CEFET-MG: Belo Horizonte, 2018. p. 62-77. Disponível em: <https://interfacesdomidiativismo.files.wordpress.com/2018/06/e-book-interfaces-do-midiativismo1.pdf>. Disponível em: 28 set.

SILVA, Ana Beatriz Rangel Pessanha da. Da revista feminina à revista feminista: entre o correio sentimental e a militância terapêutica. **Entremeios**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 1, p. 1-15, nov. 2016. Disponível em: http://entremeios.com.puc-rio.br/media/t5_v13n1.pdf. Acesso em: 02 out. 2020.

SOUSA, Delles de Lean Rodrigues; ARAÚJO, Jéssica Aparecida Lima. Feminismo contemporâneo: as mídias sociais como ferramentas de resistência. In: Semana de História do Pontal, 4.; Encontro de Ensino em História, 5., 2018, Minas Gerais.

Anais... Minas Gerais, UFU, 2018. p. 10. Disponível em:

http://www.eventos.ufu.br/sites/eventos.ufu.br/files/documentos/delles_de_lean_rodrigues_de_sousa.pdf. Acesso em: 18 set. 2020.

SQUIRRA, S. **Convergências tecnológicas, mídias aditivas e espiralação de conteúdos jornalísticos**. In: LONGHI, R.; D'ANDREA, C. (orgs.). Jornalismo convergente: reflexões, apropriações, experiências. Florianópolis: Insular, 2012. p. 107-124.

TRABALHOS ACADÊMICOS (ABNT). Biblioteca Central Irmão José Otão, 2020. Disponível em: <https://biblioteca.pucrs.br/apoio-a-pesquisa/modelos-de-normas-tecnicas-de-documentacao/trabalhos-academicos-abnt/>. Acesso em: 20 nov. 2020.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamentos e métodos**. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.



Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
Pró-Reitoria de Graduação
Av. Ipiranga, 6681 - Prédio 1 - 3º. andar
Porto Alegre - RS - Brasil
Fone: (51) 3320-3500 - Fax: (51) 3339-1564
E-mail: prograd@pucrs.br
Site: www.pucrs.br